

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

| | |
|---|----|
| 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos | 1 |
| 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado | 5 |
| 5.3 - Descrição - Controles Internos | 9 |
| 5.4 - Programa de Integridade | 15 |
| 5.5 - Alterações significativas | 17 |
| 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos | 18 |

10. Comentários dos diretores

| | |
|--|----|
| 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais | 19 |
| 10.2 - Resultado operacional e financeiro | 59 |
| 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs | 62 |
| 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases | 64 |
| 10.5 - Políticas contábeis críticas | 65 |
| 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs | 66 |
| 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados | 67 |
| 10.8 - Plano de Negócios | 68 |
| 10.9 - Outros fatores com influência relevante | 71 |

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

(a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

A Companhia não adota uma política formalizada de gerenciamento de riscos, uma vez que tem como prática monitorar constantemente os riscos do seu negócio que possam impactar o atingimento dos objetivos previstos no planejamento estratégico e operacional da Companhia, incluindo mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades. Ademais, com o objetivo de controlar ou mitigar riscos que possam impactar de forma adversa suas operações e resultados, a Companhia adota, entre outros, as seguintes políticas:

- 1) Política de Contratação de Empresas Médicas: A Companhia possui uma Política de Contratação de Empresas Médicas, aprovada em 21 de fevereiro de 2014 pela Vice-presidência médica da Companhia. Essa política objetiva estabelecer as regras e os procedimentos a serem seguidos para a contratação de empresas médicas, de modo a garantir a segurança e a qualidade dos serviços prestados.
- 2) Regimento Interno do Comitê Médico: A Companhia aprovou, em Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de julho de 2011, o Regimento Interno do Comitê Médico. O regimento tem por objetivo estabelecer as regras de funcionamento deste comitê, que é um órgão colegiado de assessoramento e instrução, devendo atuar como órgão de consulta da Diretoria de Companhia. O Comitê Médico deve ser chamado a opinar, previamente, sobre questões que afetem as operações da Companhia e de suas controladas que envolvam atividades relacionadas à prática médica.
- 3) Políticas da Segurança, Consistência e Rastreabilidade da Informação. A Companhia implementou, em novembro de 2012, uma Política da Segurança, Consistência e Rastreabilidade da Informação, composta por um conjunto formal de regras e diretrizes que devem ser seguidas pelos colaboradores, prestadores de serviços ou terceiros que tenham acesso a informações pertencentes à Companhia. Essa política tem por objetivo (i) garantir confidencialidade, integridade e autenticidade da informação; (ii) aperfeiçoar mecanismos para segurança da informação; (iii) assegurar que as informações sejam prontamente identificáveis e recuperáveis de acordo com sua aplicação; (iv) controlar informações geradas na organização; e (v) garantir adequada utilização da tecnologia da informação.
- 4) Política de Suprimentos: A Companhia possui uma Política de Suprimentos, cuja finalidade é estabelecer princípios básicos, atribuições, responsabilidades e procedimentos para solicitação e aquisição de produtos, bens e serviços, em todas as modalidades, com aplicação em todas as empresas do grupo Alliar e seus setores.
- 5) Política de Integridade. A Companhia possui, desde novembro de 2013, um Código de Ética e Conduta que serve como guia prático de conduta pessoal e profissional, a ser utilizado por todos os colaboradores da Companhia e de suas controladas em suas interações e decisões diárias no exercício de suas atribuições. O Código de Ética e Conduta da Companhia contempla diversas políticas: de seleção e contratação de funcionários; de presentes, hospedagem, entretenimento, viagens e despesas; de patrocínio; de doações ou contribuições políticas; de doações de caridade; de pagamentos de facilitação; de registros contábeis e financeiros; de prevenção de fraudes, colusão e coação; de prevenção à lavagem de dinheiro; de relações com concorrentes (normas antitruste); e de *due diligence* de terceiros (parceiros comerciais, prestadores de serviços, fornecedores, agentes, procuradores, despachantes, representantes comerciais, distribuidores, consultores, empreiteiros e quaisquer outros terceiros que representem a Companhia). Todas as pessoas ligadas à Companhia devem pautar a sua atuação em princípios éticos e nos valores estabelecidos no Código de Ética e Conduta, que refletem um padrão comportamental irrepreensível. O Código de ética e Conduta está disponível no site da Companhia.
- 6) Canal para denúncias (*hotline*): A Companhia possui desde o segundo semestre de 2016 canal de denúncia independente, autônomo e imparcial disponível através de número telefônico (*hotline*) que permite ao público realizar denúncias, tirar dúvidas ou fazer questionamentos com relação ao programa de *compliance* da Companhia. O canal de denúncias oferece a opção de recebimento de denúncias anônimas.
- 7) Adequação dos Controles Internos: A Companhia está robustecendo a sua área de controles internos a fim de se adequar aos procedimentos e prazos que deve observar em virtude de se tornar companhia aberta.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

O objetivo das políticas adotadas pela Companhia é o de fornecer e indicar as diretrizes, responsabilidades, mecanismos e procedimentos internos para a gestão de fatores de riscos inerentes aos negócios da Companhia, de maneira a monitorar e mitigar tais riscos de forma eficaz.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

Riscos inerentes à Companhia, ao cenário macroeconômico e setorial, bem como relacionados a questões de segurança e funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação, a novas leis e regulamentações, aos operadores de planos de saúde e a questões reputacionais, surgem no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia analisa estes riscos e define estratégias para gerenciar o impacto sobre seu desempenho, em consonância com suas políticas.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

As políticas adotadas pela Companhia são implementadas por meio dos seguintes instrumentos:

- 1) Avaliação Mensal de Riscos: A Companhia possui, desde 2012, um Comitê de Riscos e Compliance responsável pela avaliação e monitoramento dos riscos da Companhia. São atribuições do Comitê de Riscos e Compliance da Companhia: (i) a verificação de licenças e alvarás necessários para as operações da Companhia; (ii) a verificação de certidões de tributos federais, estaduais e municipais; (iii) a revisão de todos os contratos de locação da Companhia de forma a garantir a renovação dos contratos, avaliando se há a necessidade de ingressar com ações renovatórias; (iv) o acompanhamento e avaliação sobre o cumprimento da Política de Contratação de Empresas Médicas; (v) o monitoramento dos riscos jurídicos da Companhia e a revisão de cláusulas de compliance anticorrupção a serem incluídas nos contratos celebrados pela Companhia; e (vi) o acompanhamento das contingências judiciais e administrativas da Companhia, com avaliação dos riscos envolvidos, principais decisões e eventual necessidade de mudança de prática.
- 2) Monitoramento de Resultado e Ações de Melhoria: O programa SIGA – Sistema Integrado de Gestão Alliar, reúne 80 requisitos em quatro categorias, Agendamento, Comercial, Experiência do Cliente, Processos e Produção, Qualidade e Segurança, estabelecendo um padrão de referência e medição periódica das práticas e KPIs da Companhia em cada unidade, resultando numa classificação de desempenho, SIGA Bronze, SIGA Prata e SIGA Ouro.
- 3) Monitoramento de Qualidade e Segurança: A Companhia adota diversos métodos para monitorar seus resultados e buscar um melhor desempenho. A Companhia adquiriu acreditações concedidas pela Organização Nacional de Acreditação ("ONA"). Por meio de procedimentos periódicos de avaliação integral da qualidade do serviço oferecido pela Companhia, em que são avaliados aspectos de estrutura, processos e resultados, a Companhia adquiriu ao longo dos últimos anos certificações de Nível 3. Para que os certificados emitidos pela ONA sejam obtidos e mantidos, a Companhia deve (i) revisar de maneira sistemática suas estratégias; (ii) manter profissionais com capacitação compatível com a atividade; (iii) analisar o desempenho de seus fornecedores; (iv) possuir planos de contingência; (iv) monitorar seus resultados e promover ações de melhoria; e (v) cumprir a legislação vigente e ter capacidade de identificar possíveis riscos que a Companhia possa eventualmente estar exposta.
- 4) Segurança da Informação: Por meio da Política de Segurança, todos os colaboradores, prestadores de serviços ou terceiros que tenham acesso a informações pertencentes à Companhia são orientados a manter qualquer informação como sigilosa e confidencial. Além disso, conforme previsto no Código de Conduta, todos os colaboradores devem estar sempre atualizados em relação às respectivas políticas bem como seus procedimentos, buscando orientações da área jurídica da Companhia quanto à aquisição, uso e/ou descarte de informações.
- 5) Relacionamento com Terceiros: A Companhia adota práticas rígidas na negociação e administração de todas as atividades comerciais. Os parceiros de negócio e fornecedores da Companhia são respeitados e reconhecidos como

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

importantes agentes entre os públicos de relacionamento com a Companhia. No processo de contratação, a Companhia evidencia as exigências para que todos os parceiros de negócio e fornecedores atendam à legislação vigente, com especial atenção para o cumprimento da legislação aplicável aos negócios da Companhia. De acordo com o Código de Ética e Conduta os colaboradores envolvidos no processo de seleção ou que se envolvam pessoalmente com fornecedores devem procurar seus superiores imediatos para comunicar qualquer tipo de vínculo pessoal com empresas e/ou profissionais que prestem serviços à Companhia. Além disso, os colaboradores não podem receber pagamentos impróprios e doações de fornecedores em troca de concessão de vantagens comerciais ou benefícios, a não ser brindes corporativos compatíveis com boas práticas comerciais.

- 6) Monitoramento de Terceiros. De forma a proteger a Companhia em relação aos riscos decorrentes das leis anticorrupção por atos praticados por terceiros prestadores de serviço, os contratos celebrados com nossos parceiros de negócios possuem cláusulas de anticorrupção que proíbem expressamente a prática de qualquer forma de suborno e corrupção. Além disso, as cláusulas de anticorrupção preveem o direito da Companhia rescindir automaticamente o contrato celebrado, quando comprovada falha do terceiro em cumprir com tais cláusulas anticorrupção.
- 7) Relacionamento com Órgãos Públicos. A Companhia mantém o mais alto nível de integridade na relação com representantes do governo e seus colaboradores são orientados a (i) não dar ou receber qualquer tipo de pagamento, seja em dinheiro, presentes, serviços ou qualquer benefício de valor com o objetivo de suborno ou tratamento especial; (ii) cumprir a legislação e não executar qualquer ação que viole as leis e regulamentos vigentes; (iii) manter um relacionamento ético, transparente e de credibilidade com os órgãos governamentais; e (iv) comprometer-se a seguir as regras estabelecidas pela Lei nº 12.846/2013, devendo sempre basear-se na transparência e nos princípios do Código de Conduta e Ética da Companhia.
- 8) Supervisão de Práticas Médicas: A supervisão e definição de práticas médicas e padrões de qualidade são realizadas pelo Comitê Médico da Companhia, que possui as seguintes atribuições e responsabilidades: (i) fixar diretrizes e políticas das práticas médicas da Companhia, com exceção da remuneração dos médicos, que caberá ao Conselho de Administração; (ii) indicar, supervisionar e solicitar a substituição do Diretor Médico da Companhia, decisão que deve ser aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia; (iii) definir os padrões de qualidade dos exames médicos oferecidos pela Companhia e por suas controladas ou coligadas, considerando-se os equipamentos que a Companhia possui ou venha a possuir; (iv) controlar a observância das normas éticas regulamentares da profissão médica; e (v) definir os equipamentos que deverão ser adquiridos pela Companhia ou por suas controladas ou coligadas, respeitadas as necessidades médicas. Ainda, o diretor médico de cada unidade realiza uma revisão estatística dos laudos realizados na sua respectiva unidade, garantindo, por meio de uma mostra, a qualidade dos laudos expedidos.

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Conforme mencionado e já exposto nos itens acima, a Companhia adota uma estrutura organizacional integrada entre diferentes órgãos da administração e comitês da Companhia, que gerenciam e monitoram seus riscos de acordo com seus valores, princípios e diretrizes.

A Companhia possui, dentre outros, os seguintes comitês:

Comitê de Ética

A Companhia possui um Comitê de Ética que será convocado na medida em que houver necessidade (convocação por demanda). Tal comitê é composto por representantes da Diretoria e das áreas de Recursos Humanos e Jurídica, sendo responsável por avaliar e decidir sobre casos de violação ao Código de Ética e Conduta.

Comitê de Risco e Compliance

A Companhia possui, desde 2012, um Comitê não estatutário de Riscos e Compliance, responsável pela avaliação e monitoramento dos riscos da Companhia. O Comitê é composto por um representante do departamento jurídico, pelo

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

diretor financeiro e por um consultor de riscos externo, que reportam-se diretamente ao Conselho de Administração da Companhia. Os membros deste Comitê devem se reunir mensalmente para acompanhamento de riscos, sendo que a cada reunião um relatório sumário dos assuntos tratados deve ser gerado. As atribuições do Comitê de Riscos e Compliance estão descritas no item 5 (b) (ii) acima.

Comitê Médico

O Comitê Médico da Companhia, instituído em 2011, possui um caráter de funcionamento permanente, devendo atuar como órgão de consulta da Diretoria da Companhia. O Comitê é composto por 7 (sete) membros, sendo a maioria médicos e todos eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia, os quais serão majoritariamente pelos Senhores Sergio Tufik e Roberto Kalil Issa. Caberá aos acionistas o direito de indicar 5 (cinco) membros do Comitê Médico, sendo (a) 4 (quatro) membros indicados pelos Senhores Sergio Tufik e Roberto Kalil Issa, os quais deverão ser médicos radiologistas e (b) 1 (um) membro indicado pelos FIPs Pátria. Os demais 2 (dois) membros do Comitê Médico serão eleitos pelo Conselho de Administração, conforme indicação dos demais acionistas signatários do acordo de acionistas.

Comitê de Aquisições

O Comitê de Aquisições, instituído em 19 de maio de 2011, é um órgão de assessoramento e instrução permanente cujas competências envolvem o auxílio na coordenação e na avaliação de aquisições de novas sociedades pela Companhia. Tal atividade tem por fim mitigar os riscos que a Companhia está exposta ao combinar a estrutura operacional com as novas investidas.

O Comitê de Aquisições é constituído por 6 (seis) membros, sendo 2 (dois) indicados pelos FIPs Pátria, 2 (dois) indicados pelos Senhores Sergio Tufik e Roberto Kalil Issa e 2 (dois) eleitos pelo Conselho de Administração, conforme indicação dos demais signatários do acordo de acionistas.

Por fim, ressalta-se que os trabalhos de todas as áreas e departamentos da Companhia passam por testes para avaliação dos controles internos. A responsabilidade primária pelo gerenciamento de risco e manutenção dos controles internos é de cada área da Companhia.

(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

A verificação da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos e controles é supervisionada pelo Conselho de Administração, que tem por missão também assegurar conjuntamente a integridade, adequação e a eficácia dos controles internos. A Administração da Companhia elabora planos anuais de auditoria e os aplica como uma forma de avaliar os mecanismos de controle.

Um outro meio objetivo de verificação da eficácia das políticas de gerenciamentos de riscos se dá pelo programa SIGA que avalia cada unidade por meio de 80 requisitos, resultando numa classificação de desempenho: SIGA Bronze; SIGA Prata e SIGA Ouro. Tal classificação indica à administração da Companhia os focos de atenção na gestão de cada unidade.

Por fim, para manter os padrões e certificações concedidos pela ONA, a Companhia deve, entre outros, monitorar de maneira periódica seus resultados e promover ações de melhoria, ter capacidade de identificar possíveis riscos que a Companhia possa eventualmente estar exposta e revisar periodicamente suas políticas e instrumentos, medidas que contribuem para uma verificação sistemática da efetividade de suas políticas e procedimentos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

(a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

A Companhia não adota uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, uma vez que tem como prática monitorar constantemente os riscos que possam impactar o atingimento dos objetivos previstos no planejamento estratégico e operacional da Companhia, incluindo mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades.

Não obstante não possua uma política formalizada, a Companhia possui um Comitê de Riscos e Compliance, conforme mencionado no item 5.1, que se reúne mensalmente, nos quais são discutidos todos os riscos considerados relevantes, as ações que serão, ou foram, tomadas para mitigar seus efeitos e as melhores práticas de controles internos das áreas corporativas.

Ademais, a Companhia adota como conduta de gerenciamento de riscos: (i) manter um nível de caixa mínimo como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez; (ii) monitorar frequentemente o desenvolvimento de seus projetos e as tendências do setor de diagnósticos e saúde para aprimorar a compreensão e análise de mercado como forma de atenuar os riscos e maximizar o retorno do negócio; e (iii) monitorar a eficiência e diligência nos seus gastos, analisando seus diversos processos e a forma como os investimentos estão sendo alocados, bem como o acompanhamento do volume de despesas, buscando meios para que sejam reduzidas, atenuando, assim, riscos de desperdício e mal gerenciamento de recursos.

(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

(i) Riscos para os quais se busca proteção

Os principais riscos para os quais a Companhia busca proteção são aqueles decorrentes de liquidez, de resultado devido a oscilações de taxas de mercado e de crédito.

(ii) Estratégia de proteção patrimonial (*Hedge*)

Risco de taxas de juros: Para garantir a proteção patrimonial a administração mantém suas aplicações atreladas ao CDI, de modo a garantir um *hedge* natural frente à sua exposição passiva, mitigando, desta maneira, parte do impacto negativo de oscilações de taxas de juros.

O Grupo está exposto ao risco de taxa de juros, uma vez que suas controladas e coligadas obtêm empréstimos tanto com taxas de juros prefixadas como com pós-fixadas. Esse risco é administrado pelo Grupo através da manutenção de um mix apropriado de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

A Companhia apresenta, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos empréstimos com encargos financeiros variáveis, tais como CDI, TJLP e Libor entre outros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia e suas controladas, com cenário mais provável (cenário base), segundo avaliação efetuada pela Administração.

Para a realização da análise de sensibilidade demonstrada no quadro a seguir, a Administração utilizou como premissa de estimativas para o cenário provável, os indicadores macroeconômicos vigentes na data mais próxima da divulgação destas

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercados financeiros

demonstrações financeiras, sendo a data utilizada 13 de março de 2019, para aqueles empréstimos e financiamentos atrelados a taxas pós-fixadas, consideradas para essa análise de sensibilidade como a variável de risco. Assim, a Companhia estima no cenário provável as taxas anuais TJLP em 6,79%, o CDI em 6,40% e Libor em 2,39%. O "Cenário possível" contempla um aumento de 25% nas taxas em questão e o "Cenário remoto" um aumento de 50%.

| | Consolidado | | | |
|---|----------------|----------------|----------------------|--------------------|
| | Valor Contábil | Cenário Base | Cenário possível 25% | Cenário remoto 50% |
| Empréstimos por indexador | | | | |
| CDI + 1,54% a 4,43% | 467.658 | 504.700 | 545.076 | 553.151 |
| Libor + 3,5% a 3,89% | 5.612 | 5.995 | 6.506 | 6.609 |
| TJLP + 2,5% a 5,5% | 55.933 | 60.710 | 67.192 | 68.489 |
| Instrumentos financeiros derivativos (posição passiva) | | | | |
| Indexador | | | | |
| CDI + 3,5% a 6,95% | 60.069 | 64.160 | 69.621 | 70.713 |
| | 589.272 | 635.565 | 688.395 | 698.962 |
| Aplicações financeiras e Títulos e valores mobiliários | | | | |
| Indexador | | | | |
| 100% CDI | 49.731 | 53.117 | 57.638 | 58.542 |
| Exposição Líquida | 539.541 | 582.448 | 630.757 | 640.420 |
| Aumento nas despesas financeiras em relação ao cenário base | - | 42.907 | 48.309 | 57.972 |

Risco de taxa de câmbio: A Companhia faz algumas transações em moeda estrangeira, consequentemente, surgem exposições às variações nas taxas de câmbio. Essas exposições são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Administração, por meio da utilização de contratos futuros de moeda. A Companhia mantém instrumentos derivativos de hedge para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Os valores contábeis dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 são apresentados a seguir:

| | Consolidado | |
|---|---------------|---------------|
| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
| Moeda estrangeira USD | | |
| Capital de Giro | 62.382 | 7.793 |
| Leasing e financiamento de equipamentos | 7.343 | 13.594 |
| Fiança | 25 | - |
| (-) Custo de captação | -32 | -79 |
| Total | 69.718 | 21.308 |

Na elaboração da análise de sensibilidade para o risco da taxa de câmbio foi utilizada a cotação do dólar, disponibilizada no mercado financeiro, tendo como cenário provável o dólar cotado a R\$ 3,80, estimado para 31 de dezembro de 2019, conforme entendimento do mercado, divulgado através do Boletim Focus do dia 28 de dezembro de 2018. Os cenários possível e remoto foram calculados com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco sobre o cenário base, que no

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercados financeiros

caso é a cotação futura do dólar. A análise de sensibilidade levou em consideração a exposição ativa ou passiva líquida do Consolidado e da Controladora, sendo que nos casos em que a exposição é ativa, a deterioração da variável de risco, nesse caso, se refere à redução da taxa do dólar, ao passo que nos casos em que a exposição é passiva, a deterioração se refere ao aumento da taxa do dólar. O cenário base foi calculado utilizando-se o dólar de fechamento em 31 de dezembro de 2018, de R\$ 3,87.

| | 31/12/2018 | | | |
|---|----------------|--------------|----------------------|--------------------|
| | Consolidado | | | |
| | Valor Contábil | Cenário Base | Cenário possível 25% | Cenário remoto 50% |
| Financiamentos em moeda estrangeira | 69.750 | 69.304 | 86.630 | 103.956 |
| Instrumentos financeiros derivativos - Swap (posição ativa) | -62.382 | -61.983 | -77.479 | -92.975 |
| Exposição passiva líquida após derivativos | 7.368 | 7.321 | 9.151 | 10.981 |
| Efeito Líquido da variação cambial - (ganho)/perda | - | -47 | 1.783 | 3.613 |

Risco de crédito: É avaliado em bases históricas pela Administração, estando sujeito a oscilações de mercado e da economia nacional e local. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

Risco de liquidez: O Grupo gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Adicionalmente, em outubro de 2017, a companhia concluiu sua primeira emissão de debêntures, no montante de R\$ 270 milhões. O objetivo da Companhia no período foi liquidar dívidas com custo financeiro superior ao custo das debêntures, resultando consequentemente no alongamento de dívida.

Risco de inflação: Ao mesmo tempo em que a maior parte dos custos da Companhia estão atrelados à inflação, a receita também um repasse baseado na inflação. Desta maneira, também há um *hedge* natural na exposição da Companhia aos índices inflacionários.

(iii) Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*Hedge*)

Atualmente a Companhia não utiliza instrumentos de proteção patrimonial *hedge*, exceto na linha de empréstimo 4.131, por meio das quais referido instrumento financeiro engloba um instrumento de proteção patrimonial.

(iv) Parâmetros Utilizados para gerenciamento de riscos

Os parâmetros utilizados foram citados no item (a).

(v) Se o emissor operar instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*Hedge*) e quais são estes objetivos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de merc...

A Companhia não opera instrumentos financeiros fora do contexto apresentado no item (iii) acima.

(vi) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

Apesar de não ter uma política de gerenciamento de riscos de mercado formalizada, a administração destes riscos é efetuada por meio das nossas estratégias operacionais e dos seus controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança das operações da Companhia.

Tais procedimentos são coordenados pela Diretoria Financeira, por meio de (i) monitoramento periódico de indicadores macroeconômicos e portfólio de clientes e contratos; (ii) gestão ativa dos contratos, incluindo medidas preventivas (tais como análise de risco de crédito antes da contratação com potenciais clientes) e atualização das condições financeiras dos clientes; e (iii) manutenção de contas-correntes bancárias com instituições aprovadas pela administração com o objetivo de diversificação de risco.

Essas ações são reportadas regularmente à Diretoria e ao Conselho de Administração, que analisam as informações e discutem diretrizes e medidas para aprimorar as práticas de controle da Companhia.

A Companhia possui como prática não efetuar aplicações em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, de caráter especulativo.

(c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia monitora os seus riscos através de uma estrutura organizacional multidisciplinar, na qual a Diretoria Financeira avalia se as ações praticadas estão sendo feitas de maneira compatível às condutas adotadas para gerenciamento de riscos e eficientes para a gestão e o resultado da Companhia.

A administração da Companhia entende que a estrutura operacional e controles internos adotados são adequados para o acompanhamento dos riscos aos quais a Companhia está exposta.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 - Descrição dos controles internos

A Companhia implementou e mantêm controles internos de modo a fornecer aos seus acionistas razoável segurança sobre a confiabilidade de suas demonstrações e demais informações financeiras, pautando-se, para tanto, em regras contábeis emitidas por órgãos e entidades nacionalmente reconhecidas, tais como os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") previamente aprovados e referendados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as normas contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Ademais, a Companhia também implementa em seus controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras e à geração de informações gerenciais, padrões e procedimentos de controle e monitoramento que visam garantir fidedignidade e transparência compatíveis com os requisitos atualmente exigidos pelo ambiente de negócios. Esses procedimentos visam adicionalmente a aprimorar a performance e supervisão organizacional, reduzir a extensão de riscos de fraudes da Companhia ou de perdas atribuíveis a fatores relacionados a desempenho, decisões, imagem ou quaisquer outros.

Em 2016, a Companhia implementou ainda um novo sistema na modalidade "ERP – Enterprise Resource Planning" com as melhores práticas e recursos tecnológicos disponíveis no mercado para integração, controle e geração de informações decorrentes dos processos operacionais, além de otimização de ferramentas para gestão eficaz das atividades empresariais.

a - as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Para assegurar a elaboração e revisão eficientes de demonstrações financeiras, a integridade das informações e para proteção de seu patrimônio e interesses em relação a riscos de diferentes naturezas, a Companhia dispõe de procedimentos e recursos, incluindo:

- Equipes de tecnologia da informação, controladoria e auditoria interna;
- Automatização da maioria dos lançamentos contábeis;
- Controle dos acessos lógicos aos sistemas, segregação de funções para transações críticas em relação à segurança dos processos;
- Definição de alçadas de aprovação para transações conforme sua relevância;
- Revisão gerencial dos fechamentos contábeis, das conciliações bancárias, de lançamentos contábeis manuais e de resultados de inventários;

A estrutura de governança conta ainda com código de ética, canal de denúncias, políticas e procedimentos que referentes à definição de princípios, responsabilidades, atribuições e critérios quanto a manutenção de registros fidedignos e adequados das operações da Companhia para permitir a elaboração de demonstrações financeiras de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos e com relação à certeza de que os recebimentos e dispêndios estejam sendo feitos somente conforme a autorizações da administração e do Conselho de Administração.

O sistema de controles internos e as práticas estabelecidas pela Companhia são avaliadas e monitoradas pela Auditoria Interna. As eventuais imperfeições e deficiências são relatadas nas Cartas de Controles Internos da Auditoria Externa ou nos Relatórios de Auditoria Interna, e são reportadas à Administração, desdobrando-se em planos de ação para mitigar a exposição a riscos e / ou corrigir os processos.

A estrutura de governança é considerada pela Diretoria como eficaz para assegurar as informações solicitadas e divulgadas nos relatórios das Companhias, bem como para a tomada de decisões tempestivas em relação à minimização de riscos e otimização de oportunidades.

b - as estruturas organizacionais envolvidas

O sistema de controles internos da Companhia conta com as áreas de Controladoria, Auditoria Interna, Relações com Investidores, Segurança da Informação. Dentre as responsabilidades dessas áreas estão: (i) identificar e mensurar os riscos existentes nos processos da Companhia;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

(ii) avaliar a eficácia dos controles destinados à mitigação desses riscos; (iii) endereçar junto à Alta Administração ações que reduzam ou eliminem a exposição da Companhia aos riscos, mediante o aperfeiçoamento dos controles; (iii) garantir um ambiente de integridade corporativa que garanta uma atuação sustentável e perene; (iv) assegurar a adequação dos controles internos que tragam confiabilidade e integridade às demonstrações financeiras e (v) estabelecer rotina de monitoramento que garanta constante acompanhamento e aprimoramento de todo o sistema de controles internos.

A Companhia possui também comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, dentre eles: Comitê Financeiro, Comitê Médico e Comitê de Expansão.

Cabe também ressaltar que a responsabilidade primária pela manutenção dos controles internos e gerenciamento dos riscos é atribuição de cada área de negócios da Companhia.

c - se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A administração aplica planos anuais de auditoria interna com objetivo de avaliar a eficácia dos mecanismos de controle como elementos de identificação, mensuração e mitigação de riscos de qualquer natureza que possam afetar os interesses e/ou o patrimônio da Companhia, e também para garantir a aplicação mais racional possível dos recursos disponíveis.

Dessas auditorias internas, resultam planos de ações de melhorias de controle interno, que são objeto de "follow up" destinados a promover a sua efetiva e tempestiva aplicação.

A eficácia do controle interno da Companhia sobre a divulgação das informações financeiras em 31 de dezembro de 2018 foi revisada pela Ernst & Young Auditores Independentes, e o resultado desta revisão está indicado no item "d" desta seção.

d - deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

A Ernst & Young Auditores Independentes ("Auditores") realizou o exame das Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao período findo em 31 de dezembro de 2018, com o objetivo de expressar suas opiniões a respeito destas demonstrações e emitir suas sugestões para melhoria dos controles internos.

Nesse contexto, foram apontadas as seguintes deficiências significativas:

1)Procedimentos de reconhecimento de receita

Ponto: Com base em discussões com a Administração e em outros procedimentos realizados foi verificada a ausência de informações analíticas e tempestivas ao longo do exercício, que permitissem que a Administração identificasse de forma detalhada os serviços prestados e ainda não faturados, considerando, inclusive a expectativa de recuperabilidade dos saldos. Ademais, foi verificado também que o processo de reconhecimento contábil do saldo de receita e contas a receber a faturar envolve muitos inputs manuais, que vão desde a extração do relatório de produção do período e a comparação subsequente com a receita reconhecida em decorrência da emissão de notas fiscais, por empresa.

Adicionalmente, o reconhecimento da receita considera a efetiva realização dos exames, todavia, não considera, para todos os exames, a data de cumprimento das obrigações de desempenho, destacando-se a data de emissão dos laudos dos exames. Dessa forma, o reconhecimento da receita não considera, em sua completude, os princípios expostos CPC 47 – Receita de contrato com cliente (equivalente ao IFRS 15 – Revenue from contracts with clients). O IFRS 15/ CPC 47 determina que a Companhia avalie dentre outros fatores as obrigações de desempenho dos contratos, que no caso de certos exames da Alliar é cumprida no momento da emissão do laudo com o resultado do exame e disponibilização do mesmo, seja ela para um

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

cliente particular ou beneficiário de plano de saúde. Em decorrência de tal prática foi identificado um ajuste de auditoria, líquido impostos e efeitos decorrentes de exercícios anteriores, na ordem de R\$881 mil.

Risco: A ausência de informações relevantes para o reconhecimento da receita e contas a receber a faturar como a data em que ocorreu a prestação do serviço, prazo de faturamento acordado entre a Companhia e operadoras de saúde, data de emissão do laudo e status do exame no que tange seu faturamento, podem impactar em erro no reconhecimento contábil em relação ao valor, cumprimento das obrigações de performance e expectativa de que os benefícios gerados pela prestação do serviço fluirão para a Companhia, potencializando os riscos de erros se materializarem. É possível inferir também que o processo manual aumenta o risco de reconhecimento indevido de receita.

Recomendação: Tendo em vista o alto volume de transações, variedade de serviços, grande número de unidades operacionais, que demandam algum tempo para padronização de procedimentos, é de suma importância que a Companhia tenha um sistema de informações contábeis e gerenciais que atenda suas necessidades.

No contexto atual de processo de reconhecimento de receita, que demanda inputs manuais, recomendamos que a Administração designe uma pessoa para revisar as conciliações tempestivamente, de forma a assegurar que as conciliações sejam efetuadas regularmente e de forma adequada. A pessoa encarregada da verificação deve ser uma pessoa independente do preparador e com maior nível de senioridade. A mudança no processo deve incluir uma maior interação entre os módulos financeiro e contábil, bem como uma melhor rastreabilidade das informações utilizadas para a conciliação. Além disso, as conciliações devem ser arquivadas, e sempre que possível assinadas, evidenciando a revisão. Sugerimos ainda que o processo de formalização da revisão seja feito em meio eletrônico, facilitando o seu arquivamento e rastreabilidade.

Diante do exposto, recomendamos ainda que a Administração conduza uma avaliação e customização do sistema Pleres e da integração com ERP atual ou, eventualmente, estude alternativas para investimento em um novo sistema. Como parte dessa avaliação, vários usuários devem ser entrevistados a fim de se obter melhor entendimento dos desafios relacionados com os atuais sistemas para identificar atualizações/ customizações possíveis. Isso garantirá que as exigências dos usuários com relação ao sistema sejam atendidas e que o sistema seja mais adequado para atender às necessidades da Companhia. A Companhia pode considerar também o envolvimento de especialistas externos que possam auxiliar no processo de identificação e implementação de melhorias.

É fundamental que a Companhia e sua Administração possam informar e consultar, de forma tempestiva, as informações, como o prazo de faturamento acordado entre a Companhia e operadoras de saúde, data de emissão do laudo, status dos serviços no que tange seu faturamento, inclusive com associação da nota fiscal referente ao exame prestado, de forma que o reconhecimento da receita atenda, em sua completude, os princípios do IFRS 15/CPC 47. Adicionalmente, recomendamos que valores recebidos dos clientes particulares, por serviços ainda não concluídos, sejam considerados como receita diferida (passivo) e seja reconhecido como receita a medida em que os laudos forem sendo emitidos. Além disso, o departamento de TI e a contabilidade da Companhia podem trabalhar em conjunto para que a integração entre o Pleres e o Protheus receba melhorias ao ponto de ser possível que os saldos de receita e contas a receber a faturar sejam reconhecidos de forma automática e suas composições analíticas possam ser extraídas de forma automatizada e com layout que atenda as necessidades do processo de fechamento contábil.

2) Deficiência no procedimento de concessão de acessos (Sistemas Pleres, Protheus e Vetorh)

Ponto: Durante a realização do entendimento do processo de concessão de acessos, observamos que não há centralização na gestão de acesso ao Pleres, com isso os acessos podem ser concedidos por diversos setores, além da TI e do CSC. Observamos também a

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

ausência de workflow de revisão e concessão de acesso previamente padronizado e cadastrado no sistema considerando a liberação de acesso para realização de determinadas atividades no sistema. Já no caso dos sistemas Protheus e Vetorh, observamos a existência de ferramenta para o registro dos chamados, mas não identificamos a formalização da solicitação e subsequente aprovação da liberação dos acessos de usuários. Adicionalmente, observamos uma solicitação de acesso que foi concedida no sistema Protheus sem que fosse previamente informado tipo de acesso requerido, com isso verificamos que o usuário recebeu acesso ao grupo de Administradores, mas esse perfil de acesso era indevido e foi removido durante a auditoria.

Risco: A ausência de revisão/ formalização dos chamados para concessão de acessos expõe a Companhia ao risco de que colaboradores tenham acesso à transações e informações que não deveriam ter e também a riscos por ausência de segregação de funções. Tais riscos podem fazer com que: Usuários do ambiente de TI (tanto da área de TI quanto das áreas de negócio) tenham acesso que difere da autorização ou não sejam autorizados, o que pode gerar falha na segregação de funções e, consequentemente, potencializar o risco de ocorrer a erros e fraudes.

Recomendação: Recomendamos que o processo de concessão de acesso seja revisado e que sejam adotados procedimentos que visem assegurar a devida formalização e padronização das etapas de solicitação, aprovação e concessão de novos acessos e alterações em acessos existentes.

3) Ausência de controle de revalidação periódica, incluindo usuários com acessos privilegiados nas três camadas (Aplicação, Sistema Operacional e Banco de Dados)

Ponto: Identificamos que a Alliar não possui procedimentos formais de revalidação periódica dos acessos dos usuários nos sistemas. Com isto, verificamos que alguns usuários permaneceram com acesso ativo após o desligamento na Companhia, bem como usuários com acessos indevidos a perfis privilegiados nos sistemas.

A título de exemplo, no sistema Protheus, identificamos usuários no grupo de Administradores com acesso indevido, os quais foram removidos durante a auditoria após serem considerados inadequados devido a uma revisão realizada pela TI do CSC. Já no sistema Pleres, sistema que possui gestão de acesso descentralizada e que tem o processo de concessão de acesso despadronizado, observamos que podem existir usuários com acesso privilegiado indevido. Adicionalmente, para o sistema Vetorh, como a Alliar possui acesso às camadas de sistema operacional e banco de dados, é necessário que ocorra a implementação da revisão de acessos a essas camadas também.

Observamos também que a Alliar não possui política que determina a revisão periódica dos perfis cadastrados nos sistemas, bem como não há um fluxo padrão para criação/alteração de funções em perfis. Conforme entendimento, especificamente para o sistema Pleres, estes perfis são descentralizados, o que pode ocorrer de um mesmo perfil possuir diferentes funções de acordo com a unidade da empresa. Para os demais sistemas, a inclusão de funções nos perfis não segue um fluxo formalizado.

Risco: A ausência de revisão/ formalização dos chamados para concessão de acessos expõe a Companhia ao risco de que colaboradores tenham acesso à transações e informações que não deveriam ter e também a riscos por ausência de segregação de funções. Tais riscos podem fazer com que: Usuários do ambiente de TI (tanto da área de TI quanto das áreas de negócio) tenham acesso que difere da autorização ou não sejam autorizados, o que pode gerar falha na segregação de funções e, consequentemente, potencializar o risco de ocorrer a erros e fraudes.

Mudanças diretas no banco de dados podem ser feitas sem autorização, o que pode potencializar erros e até mesmo fraudes em processos com grande volume de transações e/ou transações que envolvem montantes materiais para as demonstrações financeiras. Isso pode ocorrer devido a existência de usuários do ambiente de TI (tanto da área de TI quanto das

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

áreas de negócio) com acesso indevido e/ou que caracterizem ausência de segregação de funções. Além disso, existe o risco de que mudanças na configuração do sistema, feitas pelo pessoal de TI, sejam inapropriadas ou não autorizadas.

Recomendação: Recomendamos que seja instituído um procedimento formal, que determina a definição da frequência da revisão de usuários, incluindo aqueles com acessos privilegiados aos sistemas. Isso pode ser feito a partir de listas de usuários extraídas diretamente dos sistemas. Em seguida, os gestores responsáveis deverão avaliar os acessos dos profissionais da empresa em relação às funcionalidades de suas respectivas áreas e cargos, de modo que os profissionais possuam os perfis de acesso sempre condizentes com as funções que desempenham na empresa. Adicionalmente, recomendamos a redução dos usuários genéricos ao mínimo necessário, contendo a justificativa para a manutenção dos usuários e a devida associação aos profissionais que utilizam tais usuários. Desta forma, o risco de acessos privilegiados serem concedidos será mitigado e a Companhia terá um histórico das mudanças nesse tipo de acesso.

Vale ressaltar que se faz necessário que, ao extrair a lista de usuários dos sistemas para posterior avaliação, a companhia assegure a completude e integridade dos dados visando demonstrar que não ocorreram extravios ou alterações nos mesmos.

4) Ausência de processo de avaliação quanto à segregação de funções nos sistemas

Ponto: Observamos que não há um procedimento formal de revisão das segregações de funções nos acessos concedidos aos usuários, o que pode aumentar o risco de acessos indevidos e conflitantes para um mesmo usuário.

Este risco pode se materializar de duas maneiras: 1) concessão de um novo perfil, fazendo com que funções conflitantes possam ser acessadas/exercidas por um mesmo usuário; e 2) alteração/criação de perfil feita de maneira a incluir funções conflitantes no mesmo perfil.

Risco: Existência de usuários do ambiente de TI (tanto da área de TI quanto das áreas de negócio) inadequados. Os acessos ao ambiente de TI, realizados por usuários da área de TI, podem gerar problemas de ausência de segregação entre funções. Os acessos a funções nas aplicações de TI são combinados em perfis, os direitos de acesso nos perfis podem conter conflitos de segregação de funções e causar um possível erro material nas demonstrações financeiras.

Recomendação: Recomendamos a padronização dos perfis do sistema Pleres e o controle centralizado das alterações dos mesmos. Sugerimos que seja incluída no processo de concessões de acessos, a verificação de possíveis conflitos de funções entre os perfis solicitados aos usuários, bem como um procedimento para tratar os casos onde um conflito seja identificado e implementação de controles compensatórios.

(e) comentários dos Diretores sobre as deficiências apontadas no relatório do auditor independente

A Administração da Companhia concorda com o relatório do auditor sobre os controles internos relacionados ao período findo em 31 de dezembro de 2018. De acordo com a avaliação da Administração, as deficiências reportadas pelos auditores não apresentam probabilidade de distorções de magnitude relevante que possam surgir nas demonstrações financeiras.

Os comentários e planos de ação são apresentados a seguir.

1)Procedimentos de reconhecimento de receita

Plano de ação: A companhia está conduzindo testes da integração do sistema Pleres com o ERP atual a fim de automatizar os processos de reconhecimento da receita.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A companhia considera que os efeitos da aplicação do CPC 47/IFRS 15 não são relevantes e desenvolveu um relatório específico a fim de realizar trimestralmente esta avaliação.

Prazo: Dez/19

Resp: Contabilidade/Tecnologia da Informação

2) Deficiência no procedimento de concessão de acessos (Sistemas Pleres, Protheus e Vetorh)

Ações a serem implementadas: Padronizar os fluxos de gestão de acessos, com recebimento das solicitações via sistema Ellevo.

Revisar e divulgar políticas de gestão de acessos e modelo padrão de segregação de funções para cada um dos sistemas, com processo de validação e aprovação dos acessos concedidos por parte do RH e do Gestor responsável.

Resp: Tecnologia da Informação / RH / Gestores de cada área

Prazo: Políticas e processos entrarão em vigor a partir de maio/2019

3) Ausência de controle de revalidação periódica, incluindo usuários com acessos privilegiados nas três camadas (Aplicação, Sistema Operacional e Banco de Dados)

Ações a serem implementadas: Desenvolver e padronizar os fluxos do processo de revisão periódica de usuários administradores.

Desenvolver e divulgar na política de gestão de acessos o processo de revisão periódica de acessos de usuários administradores, bem como prever o registro da demanda de inclusão ou bloqueio de usuários para serviços ou de integração com outros sistemas, com validação e aprovação por parte da Gestão de TI Responsável.

Resp: Tecnologia da Informação

Prazo: Políticas e processos entrarão em vigor a partir de maio/2019

4) Ausência de processo de avaliação quanto à segregação de funções nos sistemas

Ações a serem implementadas: Desenvolver e divulgar o processo de criação e gestão de perfis na política de gestão de acessos, bem como modelo padrão de segregação de funções para cada um dos sistemas, com processo de validação e aprovação dos acessos concedidos por parte do RH e do Gestor responsável.

Resp: Tecnologia da Informação / RH / Gestores de cada área

Prazo: Políticas e processos entrarão em vigor a partir de maio/2019

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

A Companhia adota, entre outros procedimentos:

1. Política de Integridade. A Companhia possui, desde novembro de 2013, um Código de Ética e Conduta que serve como guia prático de conduta pessoal e profissional, a ser utilizado por todos os colaboradores da Companhia e de suas controladas em suas interações e decisões diárias no exercício de suas atribuições. O Código de Ética e Conduta da Companhia contempla diversas políticas: de seleção e contratação de funcionários; de presentes, hospedagem, entretenimento, viagens e despesas; de patrocínio; de doações ou contribuições políticas; de doações de caridade; de pagamentos de facilitação; de registros contábeis e financeiros; de prevenção de fraudes, colusão e coação; de prevenção à lavagem de dinheiro; de relações com concorrentes (normas antitruste); e de *due diligence* de terceiros (parceiros comerciais, prestadores de serviços, fornecedores, agentes, procuradores, despachantes, representantes comerciais, distribuidores, consultores, empreiteiros e quaisquer outros terceiros que representem a Companhia). Todas as pessoas ligadas à Companhia devem pautar a sua atuação em princípios éticos e nos valores estabelecidos no Código de Ética e Conduta, que refletem um padrão comportamental irrepreensível. O Código de ética e Conduta está disponível no site da Companhia.
2. Canal para denúncias (hotline): A Companhia possui desde o segundo semestre de 2016 canal de denúncia independente disponível através de número telefônico (*hotline*) que permite ao público realizar denúncias, tirar dúvidas ou fazer questionamentos com relação ao programa de *compliance* da Companhia. O canal de denúncias oferece a opção de recebimento de denúncias anônimas.
3. Avaliação Mensal de Riscos: A Companhia possui, desde 2012, um Comitê de Riscos e Compliance responsável pela avaliação e monitoramento dos riscos da Companhia. São atribuições do Comitê de Riscos e Compliance da Companhia, dentro outros, o monitoramento dos riscos jurídicos da Companhia e a revisão de cláusulas de compliance e anticorrupção a serem incluídas nos contratos celebrados pela Companhia.
4. Relacionamento com Terceiros. A Companhia adota práticas rígidas na negociação e administração de todas as atividades comerciais. Os parceiros de negócio e fornecedores da Companhia são respeitados e reconhecidos como importantes agentes entre os públicos de relacionamento com a Companhia. No processo de contratação, a Companhia evidencia as exigências para que todos os parceiros de negócio e fornecedores atendam à legislação vigente, com especial atenção para o cumprimento da legislação aplicável aos negócios da Companhia. De acordo com o Código de Ética e Conduta os colaboradores envolvidos no processo de seleção ou que se envolvam

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

pessoalmente com fornecedores devem procurar seus superiores imediatos para comunicar qualquer tipo de vínculo pessoal com empresas e/ou profissionais que prestem serviços à Companhia. Além disso, os colaboradores não podem receber pagamentos impróprios e doações de fornecedores em troca de concessão de vantagens comerciais ou benefícios, a não ser brindes corporativos compatíveis com boas práticas comerciais.

5. Monitoramento de Terceiros. De forma a proteger a Companhia em relação aos riscos decorrentes das leis anticorrupção por atos praticados por terceiros prestadores de serviço, os contratos celebrados com nossos parceiros de negócios possuem cláusulas anticorrupção que proíbem expressamente a prática de qualquer forma de suborno e corrupção. Além disso, as cláusulas de anticorrupção preveem o direito de a Companhia rescindir automaticamente o contrato celebrado, quando comprovada falha do terceiro em cumprir com tais cláusulas anticorrupção.
6. Relacionamento com Órgãos Públicos. A Companhia mantém o mais alto nível de integridade na relação com representantes do governo e seus colaboradores são orientados a (i) não dar ou receber qualquer tipo de pagamento, seja em dinheiro, presentes, serviços ou qualquer benefício de valor com o objetivo de suborno ou tratamento especial; (ii) cumprir a legislação e não executar qualquer ação que viole as leis e regulamentos vigentes; (iii) manter um relacionamento ético, transparente e de credibilidade com os órgãos governamentais; e (iv) comprometer-se a seguir as regras estabelecidas pela Lei nº 12.846/2013, devendo sempre basear-se na transparência e nos princípios do Código de Conduta e Ética da Companhia.
7. Comitê de Ética. A Companhia possui um Comitê de Ética que será convocado na medida em que houver necessidade (convocação por demanda). Tal comitê é composto por representantes da Diretoria e das áreas de Recursos Humanos e Jurídica, sendo responsável por avaliar e decidir sobre casos de violação ao Código de Ética e Conduta.
8. Comitê de Risco e Compliance. A Companhia possui, desde 2012, um Comitê não estatutário de Riscos e Compliance, responsável pela avaliação e monitoramento dos riscos da Companhia. O Comitê é composto por um representante do departamento jurídico, pelo diretor financeiro e por um consultor de riscos externo, que reportam-se diretamente ao Conselho de Administração da Companhia. Os membros deste Comitê devem se reunir mensalmente para acompanhamento de riscos, sendo que a cada reunião um relatório sumário dos assuntos tratados deve ser gerado. As atribuições do Comitê de Riscos e Compliance estão descritas no item 3 acima.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Não houve alterações significativas no último exercício social em relação aos principais riscos que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao item 5 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os valores constantes nesta seção 10.1 foram extraídos das nossas demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

No período base de análise iniciado em janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2018, a Companhia vem apresentando um elevado crescimento (CAGR de 15,4% de receita líquida no período), fruto da estratégia de expansão e consolidação traçada e executada desde a concepção da Alliar no ano de 2011.

Esse crescimento pode ser observado na evolução da receita líquida da Companhia, que registrou R\$ 951,5 milhões em 31 de dezembro de 2016 e depois seguindo crescendo para alcançar R\$ 1.076,9 milhões em 31 de dezembro de 2018. A Diretoria ressalta que essa evolução na receita líquida é decorrente tanto do crescimento orgânico com abertura de novas unidades de atendimento (principalmente lojas tamanho mega no ano de 2017) e da instalação de novos equipamentos de diagnóstico por imagem em unidades existentes.

Diante desse cenário, a companhia contava com 112 unidades de atendimento em 31 de dezembro de 2016 e com 111 em 31 de dezembro 2018. Apesar da redução líquida de uma loja entre estes anos, o que ocorreu foi abertura de lojas maiores (megas) e o fechamento de unidades menores (e.g. postos de coleta), de forma que a capacidade de produção da Companhia evoluiu significativamente no período. O número de equipamentos de Ressonância Magnética, um dos principais drivers do setor, apresentou um crescimento considerável: em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possuía 116 equipamentos, em 31 de dezembro de 2017 possuía 122 equipamentos e em 31 de dezembro de 2018 tinha 121 equipamentos em operação, o que coloca a Companhia como a segunda maior no segmento de diagnóstico por imagem em número de equipamentos de Ressonância Magnética, conforme o CNES.

Como entre 01 de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2018, a Companhia realizou algumas aquisições, os números contábeis dos anos das aquisições refletem apenas o resultado do período pós-aquisição.

Durante o primeiro semestre de 2016, a Companhia incorporou o Grupo Delfin (Delfpar S.A., Delfin Imagem S.A. e Clínica Delfin Gonzalez Miranda S.A.), somando 25 aquisições até então. A conclusão desta aquisição ocorreu em 10 de março de 2016, o que significa que os números contábeis referentes ao resultado de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016 contemplam somente 3 meses e 21 dias do resultado do Grupo Delfin.

Já no primeiro semestre de 2017, a Companhia concluiu a aquisição de Radiologistas Associados Ltda. ("Multiscan") superando assim 25 aquisições desde a formação da Companhia em 2011. A conclusão desta aquisição ocorreu março de 2017, o que significa que os números contábeis referentes ao resultado de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017 contemplam somente 2 meses do resultado de Multiscan.

O lucro bruto da Companhia, composto pelo valor das receitas líquidas subtraídos pelos custos dos serviços prestados, aumentou de R\$ 274,5 milhões em 31 de dezembro de 2016 e de R\$ 273,4 milhões em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 289,4 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um CAGR de 8%.

Com base ritmo de crescimento da receita proveniente da estratégia de expansão adotada nos últimos anos, somado à expectativa da administração de crescimento do mercado de saúde suplementar

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

brasileiro, a Diretoria acredita que a Companhia possui todas as condições financeiras e patrimoniais necessárias para continuar entregando o seu plano de negócios.

Em termos de endividamento também a Companhia apresentou no último ano uma evolução considerável em seu indicador de dívida líquida total/EBITDA ajustado. Este passou de 2,72x no ano imediatamente anterior para 2,33x em 31 de dezembro de 2018, em linha com a atual estratégia da Companhia de reduzir sua alavancagem financeira, iniciada em janeiro de 2018 e que marca o começo do seu terceiro ciclo de crescimento, focado em aumento de rentabilidade. Em 31 de dezembro de 2016 este indicador registrou 1,9x.

Além disso, a Companhia espera que haja um aumento na demanda por seus serviços, devido à progressão esperada na curva de envelhecimento da população e pelo aumento da adesão a planos de saúde pela população.

Maiores informações sobre o resultado operacional da Companhia estão apresentadas no seu Earnings Release referente aos resultados de 2018, que descreve o cálculo do EBITDA e EBITDA ajustado.

b. Estrutura de capital

A Diretoria acredita que a estrutura de capital da Companhia em 31 de dezembro de 2018 é adequada para atender as demandas e necessidades da operação e continuar executando seu plano de crescimento, primariamente através de expansão orgânica e eventualmente com novas aquisições ou parcerias.

Em 31 de dezembro de 2016, o patrimônio líquido da companhia era de R\$ 1.211,9 milhões, em 31 de dezembro de 2017 passou para R\$ 1.270,3 milhão e em 31 de dezembro de 2018 alcançou R\$ 1.299,7 milhão , refletindo, dentre outros, a aquisição de Multiscan, em março de 2017 e a emissão de ações feita para honrar a conversão de dívida, pelo IFC - International Finance Corporation ("IFC"), em ações da Companhia (aprox. R\$35 milhões), a qual ocorreu em Maio de 2017), além do próprio crescimento do lucro da Companhia no período.

| (Em milhares de reais – R\$) | 31.12.2018 | 31.12.2017 | 31.12.2016 |
|---|------------|------------|------------|
| Capital de Terceiros (Passivo Circulante + Capital de Terceiros a Longo Prazo) | 909.714 | 1.014.729 | 954.372 |
| Capital Próprio (Patrimônio Líquido) | 2.209.426 | 1.219.461 | 1.173.600 |
| Capital Total (Terceiros + Próprio) | 41,2% | 2.234.190 | 2.166.312 |
| Capital de Terceiros/Capital Total | 58,8% | 45,4% | 36,9% |
| Capital Próprio/Capital Total | 54,6% | 54,6% | 63,1% |

Em 31 de dezembro de 2018, a participação de terceiros representava 41,2% do passivo total da Companhia, ainda refletindo os investimentos em crescimento orgânico, aquisições e instalações de novos equipamentos em unidades existentes.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Diretoria entende que aprimorou sua estrutura de capital com a abertura de capital (realizada em 2016) e com a emissão de sua 1^a Debentures simples (concluída em 2017) e espera para até o final de 2020 reduzir significativamente seu nível de endividamento atual (de aprox. 2,33x Dívida líquida/EBITDA ajustado em 31/Dez/2018).

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Tendo em vista o seu nível de geração de caixa operacional e a capacidade da Companhia de acessar recursos provenientes de empréstimos e financiamentos, a Diretoria acredita ter plenas condições de honrar os compromissos financeiros assumidos.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para realizar os investimentos em ativos não-circulantes e no capital de giro, a Companhia se utilizou da própria geração de caixa operacional e de financiamentos de terceiros, conforme descritos no item (f) abaixo.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Diretoria acredita que a geração de caixa operacional, somada à possibilidade de captação de recursos de terceiros e de emissão de novas ações, suportam a eventual necessidade de recursos para o financiamento do capital de giro e para a realização de investimentos em ativos não-circulantes, como expansão orgânica, compra equipamentos e eventualmente novas aquisições.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

i./ii. Contratos de empréstimos e financiamentos e outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Diretoria da Companhia acredita que a evolução do endividamento ao longo dos últimos anos refletiu a sua estratégia de negócios focada no crescimento através da expansão orgânica e também através de fusões e aquisições.

A tabela abaixo mostra a evolução do endividamento por ano:

| Empréstimos (em R\$ milhares) | 31.12.2018 | 31.12.2017 | 31.12.2016 |
|-----------------------------------|------------|------------|------------|
| CIRCULANTES | | | |
| Empréstimos e financiamentos e | | | |
| Debêntures | 232.561 | 167.044 | 202.830 |
| Instrumento financeiro derivativo | -2.313 | 1.260 | 25.549 |
| Total do endividamento circulante | 230.248 | 168.304 | 228.379 |
| NÃO CIRCULANTE | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 372.950 | 432.208 | 302.817 |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| | | | |
|---------------------------------------|---------|---------|---------|
| Instrumento financeiro derivativo | - | - | 13.101 |
| Total do endividamento não circulante | 372.950 | 432.208 | 315.918 |
| Total do endividamento | 603.198 | 600.512 | 544.297 |

A principal fonte de receita da Companhia, desde a sua fundação, são exames de diagnósticos por imagem. Para sua realização são necessários equipamentos com alta tecnologia empregada, os quais, até a metade do ano de 2014, eram fabricados, na sua maioria, em outros países não sendo possível realizar o financiamento via bancos de fomento nacionais.

Neste período a Companhia buscou financiar parte de seus equipamentos com bancos internacionais, como o IFC e o KfW Development Bank ("KfW"). O contrato de empréstimo com o IFC assinado em 2 de maio de 2013 e com data de vencimento final em 15 de maio de 2020, era inicialmente composto por uma parcela atrelada ao dólar, a qual já foi convertida em ações ordinárias da Companhia (cfme item 10.1 – b) e uma parcela contabilizada em reais, no valor principal equivalente a R\$ 35,8 milhões em 31.12.2018. Referido contrato tem como garantia o penhor das quotas de determinadas empresas controladas pela Companhia.

O contrato com o KfW previa uma linha de crédito no valor de US\$ 22,5 milhões, com vencimento final em 30 de março de 2022. Este contrato tinha como garantia os equipamentos Siemens adquiridos com o financiamento. O saldo devedor com o KfW foi quitado de forma antecipada em outubro de 2017. A partir de 2014 as empresas fabricantes de máquinas para realização de exames de imagem passaram a nacionalizar sua produção e, com isso, tornou-se possível o financiamento por intermédio de bancos de fomento nacionais, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG e o Banco do Nordeste do Brasil.

Abaixo, seguem as principais características dos demais empréstimos e financiamentos contraídos pela Companhia:

Empréstimo concedido pelo Banco Santander em 13 de novembro de 2018 para a Companhia no valor de US\$ 6.7 milhões, que na data da transação era equivalente a R\$ 25 milhões. A operação é uma linha externa 4131, com juros de 5,17% a.a.. O recurso foi captado em Luxemburgo e possui instrumento financeiro de derivativos do tipo swap visando proteger da variação cambial em dólar. O derivativo está indexado ao CDI, acrescido de 1,7% a.a. O período de amortização é de um ano, em parcela única e juros semestrais, com vencimento para 08 de novembro de 2019. O recurso é destinado para capital de giro.

Empréstimos concedidos pelo Banco Santander em 19 de julho de 2018 para a Companhia no valor de R\$ 25 milhões e sua controlada TKS Sistemas Hospitalares (CDB) no valor de R\$ 25 milhões. Os empréstimos possuem como indexador CDI acrescido de 1,6% a.a. O período de amortização é de um ano, em parcela única, com vencimento para 19 de julho de 2019. Os recursos são destinados para capital de giro.

Empréstimo concedido pelo Banco Santander em 21 de junho de 2018 para a Rede Brasileira de Diagnósticos (RBD) no valor de US\$ 9.385, que na data da transação era equivalente a R\$ 35.000. A operação é uma linha externa 4131, com juros de 5,54% a.a.. O recurso foi captado em Luxemburgo e possui instrumento financeiro de derivativos do tipo swap visando proteger da variação cambial em dólar. O derivativo está indexado ao CDI, acrescido de 1,5% a.a. O período da operação é de 3 anos, com 1 ano de carência e amortização de principal e juros semestrais. O recurso foi destinado para liquidação antecipada de FINAME junto ao BDMG.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Empréstimos concedidos pelo Banco Santander em 21 de março de 2018 para a Companhia no valor total de R\$ 25 milhões e para as controladas Clínica Delfin Gonzalez no valor de R\$ 25 milhões e TKS Sistemas Hospitalares (CDB) no valor de R\$ 15 milhões. Os empréstimos possuem como indexador CDI acrescido de 2,3% a.a. O período de amortização é de um ano, em parcela única, com vencimento para 18 de março de 2019. Os recursos são destinados para capital de giro.

Em outubro de 2017, a Companhia concluiu a captação de recursos no valor de R\$ 270 milhões através de emissão debêntures simples, não conversíveis, objeto de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), sob o regime de garantia firme de colocação.

A emissão das debêntures foi realizada em duas séries: 1^a série no valor de R\$ 168,5 milhões com vencimento em 3 anos remunerado a 116% do CDI; 2^a série no valor de R\$ 101,5 milhões com vencimento em 5 anos remunerado a 118% do CDI.

| | Valor Emissão (R\$) | Quantidade | Vencimento Final | Juros semestrais | Total emitido |
|----------------------|----------------------------|-------------------|-------------------------|-------------------------|----------------------|
| 1 ^a Série | 10.000 | 16.850 | set/20 | 116% do CDI | 168.500 |
| 2 ^a Série | 10.000 | 10.150 | set/22 | 118% do CDI | 101.500 |

No dia 3 de agosto de 2017 foram emitidas notas promissórias no valor total de R\$ 25 milhões, sendo estas divididas em 8 séries com vencimentos em parcelas únicas. Os títulos têm como indexador CDI acrescido de 2% a.a..

| | Valor Emissão (R\$) | Quantidade | Vencimento Final | Taxa | Total emitido |
|----------------------|----------------------------|-------------------|-------------------------|-----------------|----------------------|
| 1 ^a Série | 37.500 | 20 | Nov/2017 | CDI + 2,0% a.a. | 750 |
| 2 ^a Série | 35.000 | 20 | Jan/2018 | CDI + 2,0% a.a. | 700 |
| 3 ^a Série | 32.500 | 20 | Abr/2018 | CDI + 2,0% a.a. | 650 |
| 4 ^a Série | 255.000 | 20 | Jul/2018 | CDI + 2,0% a.a. | 5.100 |
| 5 ^a Série | 240.000 | 20 | Out/2018 | CDI + 2,0% a.a. | 4.800 |
| 6 ^a Série | 225.000 | 20 | Jan/2019 | CDI + 2,0% a.a. | 4.500 |
| 7 ^a Série | 215.000 | 20 | Abr/2019 | CDI + 2,0% a.a. | 4.300 |
| 8 ^a Série | 210.000 | 20 | Jul/2019 | CDI + 2,0% a.a. | 4.200 |

Linha de crédito, concedida pelo BNDES, destinada a implantação das unidades da beneficiária, mediante a aquisição de equipamentos. Até o dia 31 de dezembro de 2018, foram captados R\$51,0 milhões, divididos em subcréditos. O contrato possui carência de 24 meses, a amortização de 60 parcelas mensais, a primeira liberação iniciou-se em 18 de abril de 2017 e o término do contrato será

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

em 15 de julho de 2024. A taxa de juros varia entre Selic acrescida de 2,1% a.a. e TJLP acrescida de 1,7% a.a., a depender dos subcréditos.

Cédula de Crédito Bancário emitida em favor do Banco Votorantim, em 07 de abril de 2016, no valor total de R\$ 14,9 milhões, e tem como indexador CDI acrescido de spread de 4,0% a.a.. O período de amortização é de três anos, em parcelas mensais, com vencimento em 08 de abril de 2019. Os recursos foram destinados para capital de giro da Companhia.

Contrato de financiamento FINAME concedido pelo BNDES, por meio do Banco BDMG. O financiamento destina-se a implantação das unidades da beneficiária, mediante a aquisição dos equipamentos. Até o dia 31 de dezembro de 2017, foram captados R\$33,4 milhões, divididos em subcréditos. Na controladora, foram liberados R\$355,2 mil divididos em 2 (dois) subcréditos, em 27 de julho de 2016, com 12 meses de carência e amortização em 48 parcelas mensais. O custo varia entre Selic acrescida de 5,7% a.a. e TJLP acrescida de 5,3% a.a., a depender dos subcréditos. Na controlada TKS, foram liberados R\$729 mil e R\$118,4 mil, em dois contratos de financiamentos, em 21 de junho de 2016 e 11 de agosto de 2016, respectivamente. A taxa de juros varia entre Selic acrescida de 5,48%/5,7% a.a. e TJLP acrescida de 5,0%/5,3% a.a.. Na controlada RBD (PPP), foram contratados 04 (quatro) financiamentos, com as seguintes características:

| Data Início | Vencimento Final | Valores Liberados (R\$ mil) | Taxa |
|--------------------|-------------------------|------------------------------------|---|
| 09/12/2015 | 15/08/2023 | 7.016 | Pré: 9,5% a.a. / Selic+5,7% a.a. / Selic+5,44% a.a. |
| 12/04/2016 | 15/12/2023 | 22.369 | Pré: 9,5% a.a. / Selic + 5,8% a.a. |
| 04/09/2017 | 15/06/2022 | 1.978 | Selic + 6,02% a.a. / TJLP + 5,74% a.a. |
| 26/12/2017 | 15/09/2023 | 793 | Selic + 6,12% a.a. / TJLP + 5,84% a.a. |

Em 22 de junho de 2018, foi efetuada a liquidação antecipada das linhas de financiamento acima descritas da RBD (PPP).

Cédula de crédito bancário firmada entre a controlada RBD (PPP) e o Banco Santander, em 27 de abril de 2017, no valor total de R\$20 milhões, tem como indexador o CDI acrescido de 2,55% a.a., o período de amortização é de três anos, em parcelas semestrais, com vencimento em 27 de abril de 2020. Os recursos foram destinados para capital de giro da controlada.

Em 15 de junho de 2016, a controlada Clínica Delfin celebrou um contrato de financiamento em moeda nacional junto ao Banco Santander no montante de R\$ 8,0 milhões para financiamento do capital de giro com juros pré-fixados de 4,53% a.a. mais a variação do CDI. Esse contrato de empréstimo determina pagamentos mensais a partir de 15 de janeiro de 2017 e término em 15 de junho de 2019.

Foram emitidas 50 debêntures com valor unitário de R\$1.000.000 (hum milhão de reais) cada, totalizando R\$50.000.000 (cinquenta milhões de reais). O prazo das Debêntures é de 5 (cinco) anos a contar da data de emissão de 15 de julho de 2013, com vencimento em 8 de julho de 2018. As Debêntures fazem jus a uma remuneração equivalente à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros-DI, acrescida de sobretaxa equivalente a 2,73% ao ano. A liquidação total foi efetivada na data de seu vencimento, em 8 de julho de 2018.

Contrato de financiamento FINAME concedido pelo BNDES, por meio do Banco do Nordeste do Brasil ("BNB") e firmado com a controlada Clínica Delfin, o recurso foi destinada a implantação das unidades

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

da beneficiária, mediante a aquisição de equipamentos. Foram liberados R\$3,6 milhões, com início em 29 de março de 2017 e vencimento previsto para 14 de fevereiro de 2022. O contrato possui carência de 12 meses, a amortização de 48 parcelas mensais com taxa de juros pré fixados em 10,59% a.a..

A Companhia detém um total de R\$69,7 milhões de dívidas contabilizadas em moeda estrangeira e, em contrapartida, um montante positivo de R\$2,3 milhões de instrumentos derivativos (SWAP) referentes aos empréstimos de 4.131, resultando numa exposição cambial líquida de R\$7,3 milhões. Tal montante representa apenas 1,2% do endividamento da Companhia. Tais montantes foram calculados com base no dólar de fechamento em 31 de dezembro de 2018, de R\$ 3,8748.

Empréstimo concedido pelo Banco ABC Brasil, em 29 de abril de 2016, no valor total de US\$6,3 milhões. A Companhia contratou swap, com taxa de juros pré-fixada em 6,95% a.a. acrescidos de imposto de renda 25% reajustado. O período de amortização é de três anos, em parcelas semestrais. Os recursos foram destinados para capital de giro. Esse empréstimo foi quitado em 17 de outubro de 2017 de forma antecipada.

Empréstimo concedido pelo Banco Santander, em 22 de fevereiro de 2016, no valor de US\$25,2 milhões. A Companhia contratou swap, com taxa de juros pré-fixada em CDI, acrescidos de spread de 5,8% a.a. O período de amortização é de três anos, em parcelas semestrais, com vencimento em 6 de fevereiro de 2019. Os recursos foram destinados para o capital de giro da Companhia. Esse empréstimo foi quitado em 17 de outubro de 2017 de forma antecipada.

Empréstimo concedido pelo Banco Itaú em 08 de setembro de 2015 no valor total de US\$ 10,7 milhões. A Companhia contratou swap, com a taxa de juros pré-fixada em CDI, acrescido de spread de 3,50% a.a. O período de amortização é de 42 meses, em parcelas semestrais. Os recursos foram destinados para capital de giro. Esse empréstimo foi quitado em 16 de outubro de 2017 de forma antecipada.

Linha de crédito concedida pelo Banco Itaú, em 29 de março de 2016, no valor total de US\$ 5,2 milhões. A Companhia contratou swap, com a taxa de juros pré-fixada de spread de 3,95% a.a. O período de amortização é de quatro anos, em parcelas semestrais. Os recursos foram destinados para capital de giro. Esse empréstimo foi quitado em 16 de outubro de 2017 de forma antecipada.

Cédula de Crédito Bancário emitida em favor do HSBC, em 03 de junho de 2016, no valor total de R\$ 20,0 milhões, e tem como indexador CDI acrescido de spread de 3,84% a.a.. O período de amortização é de dois anos, em parcelas mensais, com vencimento em 06 de maio de 2019. Os recursos são destinados para capital de giro. Esse empréstimo foi quitado em 17 de outubro de 2017 de forma antecipada.

Pelo fato de a Companhia ter linhas de crédito com bancos de fomento, é possível manter o perfil da dívida concentrado no longo prazo. Em 31 de dezembro de 2018, 62% do endividamento da Companhia estava concentrado no longo prazo.

A tabela abaixo mostra o mapa do endividamento atual da Companhia, em 31 de dezembro de 2018:

| Em milhares de R\$ | 31/12/2018 |
|-----------------------|------------|
| <u>Moeda nacional</u> | |
| Capital de giro | 171.488 |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| | |
|---|----------------|
| Leasing e Financiamento de Equipamentos | 81.452 |
| Nota promissória | 14.667 |
| Debêntures | 276.275 |
| Fiança | 59 |
| (-) Custo de captação | (8.148) |
| Total em R\$ | 535.793 |
| <hr/> | |
| <u>Moeda estrangeira USD</u> | |
| Capital de giro | 62.382 |
| Leasing e Financiamento de equipamentos | 7.343 |
| Fiança | 25 |
| (-) Custo de captação | (32) |
| Endividamento bruto em moeda estrangeira | 69.718 |
| Circulante | 232.561 |
| Não circulante | 372.950 |

Em 31 de dezembro de 2018, o custo médio das dívidas em moeda nacional da Companhia era de CDI + 1,66% a.a., incluindo os instrumentos de proteção patrimonial contratados nas operações de 4131. As dívidas atreladas ao dólar apresentavam um custo médio de Libor + 3,79% a.a acrescidos da variação cambial.

iii grau de Subordinação

Em eventual situação de concurso universal de credores, as obrigações registradas no passivo dos balanços patrimoniais, que integram as demonstrações financeiras da companhia, apresentam a ordem de precedência nos termos da Lei nº 11.101/2005 ("Lei de Falências").

iv Covenants e Demais Restrições Contratuais

Dentre os contratos de financiamentos firmados com terceiros, alguns foram elaborados com cláusulas restritivas (*covenants*), conforme abaixo descritos:

IFC – A parcela do empréstimo remanescente com IFC, o qual é contabilizado em reais, apresenta atualmente os seguintes covenants: (i) índice de liquidez corrente (ativo circulante / passivo circulante) não inferior a 1,1; (ii) a dívida líquida sobre EBITDA não superior a 2,75; e (iii) um Prospective Debt Service Coverage Ratio de pelo menos 1,3.

Debêntures – a Escritura de emissão de debêntures, apresenta o seguinte covenants: (I) índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA, que deverá ser inferior a 2,75 (dois inteiros e setenta e cinco centésimos) vezes, não podendo ficar acima desse nível por dois trimestres consecutivos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Além das restrições descritas acima, os empréstimos e financiamentos da Companhia possuem outras restrições, tais como com relação a mudança de controle da Companhia e reorganizações societárias, observadas as ressalvas previstas em cada instrumento.

Em 31 de dezembro de 2018, todos os requisitos contratuais foram atendidos, inclusive os covenants do contrato do International Finance Corporation ("IFC") que tiveram seus índices reduzidos temporariamente e alteração dos índices estipulados na Cláusula 6.01(o), conforme o Amendment nº 1 to the Loan Agreement datado e assinado em 20 de setembro de 2018.

Para os demais Covenants, a Companhia não estava inadimplente com as suas obrigações em tais contratos financeiros.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Adicionalmente às informações citadas no item 10.1.f, a Companhia, no período findo em 31 de dezembro 2018 possuía uma linha pré-aprovada com BNDES, no valor de R\$ 150 milhões. Até o exercício findo em 2018, R\$ 51,0 milhões deste limite foi utilizado, equivalente a 34% do limite da linha de financiamento. Além destas, existe um limite de conta garantida/LIS disponível em montante correspondente a R\$ 28,0 milhões.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os números e análises a seguir apresentados derivam das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia para os exercícios sociais findos em de 31 de Dezembro de 2018, 31 de Dezembro de 2017 e de 31 de Dezembro de 2016.

Descrição das Principais Linhas das Nossas Demonstrações de Resultado

Receita Bruta de Serviços

A receita bruta de serviços da Companhia é composta principalmente pelos serviços prestados de medicina diagnóstica e análises clínicas pagos por operadoras de planos de saúde, hospitais, empresas, clientes particulares e poder público.

Deduções

As deduções da receita bruta de serviços da Companhia são compostas pelos impostos sociais federais PIS e COFINS às alíquotas de 0,65% e 3,0% respectivamente e pelo ISS, um imposto municipal com alíquotas variando entre 2,0% e 5,0% de acordo com o município onde as unidades de atendimento da Alliar estão localizadas prestando os serviços de medicina diagnóstica e análises clínicas.

Custo dos Serviços Prestados

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O custo dos serviços prestados da Companhia é composto basicamente por custos fixos inerentes as operações das unidades de atendimento e custos variáveis necessários para a realização dos diagnósticos por imagem e exames de análises clínicas.

Dentro dos principais custos fixos destacam-se os custos com funcionários responsáveis pelas operações das unidades de atendimento e pelo call center, o aluguel e custos das instalações como energia elétrica e água das mesmas unidades, a manutenção dos equipamentos médicos e os serviços de terceiros, sendo esse último composto em sua maioria por serviços de limpeza e segurança das clínicas da Companhia.

Os custos variáveis para execução dos diagnósticos por imagem referem-se a honorários pagos aos médicos prestadores de serviço e materiais e medicamentos para execução dos exames de imagem e laudo médico. Para a realização dos exames de análises clínicas, a Companhia terceiriza toda operação de coleta, transporte e análise dos resultados a um laboratório de apoio que é remunerado por exame realizado, sendo, portanto, um custo variável.

Despesas gerais e administrativas

As principais despesas gerais e administrativas da Companhia são referentes a despesas com pessoal, serviços de auditoria, advogados, consultorias, aluguéis, despesas gerais das instalações das unidades administrativas, despesas comerciais e com propaganda e publicidade. Também estão sendo consideradas despesas com glosas e provisão para créditos de liquidação duvidosa em todos os períodos analisados.

Outras despesas, líquidas

Compõe outras despesas líquidas da Companhia principalmente o resultado líquido por baixa de ativos, despesas com viagens, impostos e taxas e provisões para contingências de possíveis ações judiciais das quais assessores jurídicos entendam como prováveis perdas.

Resultado em participação societária

Com a aquisição do Grupo Delfin em março de 2016, a Companhia passou a possuir participação societária não controladora em outra sociedade da qual o Grupo Delfin era acionista não controlador e, portanto, o resultado dessa sociedade está evidenciado na linha de Resultado em participação societária no demonstrativo de resultados dos exercícios a partir do 1º semestre de 2016.

Resultado financeiro

No resultado financeiro da Companhia estão registradas despesas financeiras com juros e encargos de empréstimos e financiamentos, taxas e fees de cartões de crédito e resultados líquidos da variação

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

cambial sobre o endividamento em moeda estrangeira. As receitas financeiras decorrentes de rendimentos sobre aplicações financeiras do excedente de caixa da Companhia completam a constituição do resultado financeiro.

Comparação entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

CONTAS DE RESULTADO

| DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (Em milhares de reais – R\$) | 31.12.2018 | 31.12.2017 |
|---|------------|------------|
| RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS | 1.076.918 | 1.077.876 |
| Custo dos serviços prestados | (787.537) | (756.580) |
| LUCRO BRUTO | 289.380 | 321.297 |
| (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS | | |
| Despesas gerais e administrativas | (175.717) | (216.138) |
| Outras despesas, líquidas | 8.730 | (48.667) |
| Resultado em participação societária | 14.893 | 13.846 |
| LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO | 137.287 | 70.338 |
| RESULTADO FINANCEIRO | (67.238) | (78.260) |
| LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | 70.049 | (7.922) |
| IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | (18.482) | 22.563 |
| LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | 51.567 | 14.641 |

Receita líquida de Serviços

Apesar da Companhia caracterizar-se com pertencente a um segmento único, para análise do crescimento da receita líquida de serviços da Companhia, a Diretoria acredita ser útil a segregação entre a receita de diagnóstico por imagem e análises clínicas conforme tabela abaixo:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| (Em milhares de reais – R\$) | 31.12.2018 | 31.12.2017 |
|------------------------------|------------|------------|
| RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS | 1.162.400 | 1.124.300 |
| Diagnósticos por Imagem | 1.005.100 | 974.500 |
| Análises Clínicas | 157.200 | 149.700 |
| Rec. Construção | 1.500 | 38.500 |
| Deduções | (86.880) | (84.900) |
| RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS | 1.076.900 | 1.077.900 |

Em 2018, a receita bruta da Companhia aumentou 3%, passando de R\$ 1.124,3 milhões para R\$ 1.162,4 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2018. A receita de serviços de diagnóstico por imagem aumentou 3% de R\$ 974,5 milhões em 2017 para R\$ 1.005,1 milhões em 2018.

Tal variação deveu-se, principalmente, pelas iniciativas presentes no plano de expansão da Companhia, como o crescimento de volume em unidades existentes, maturação de novos equipamentos instalados em unidades existentes, reajustes de preços, novos credenciamentos de procedimentos e convênios e maturação de novas unidades inauguradas no passado recente.

A receita de análises clínicas cresceu cerca de 5%, de R\$ 149,7 milhões no período de 2017 para R\$ 157,2 milhões em 2018, sendo quase toda gerada em São Paulo através da marca CDB, onde a oferta do serviço já ocorre há muitos anos, podendo ser considerada 'madura'. Para este segmento, a Diretoria ressalta o plano de expansão da oferta de análises clínicas nas unidades exclusivas de diagnóstico por imagem, que hoje seguem sendo a maioria. O objetivo desse plano é replicar o modelo presente originalmente nas unidades localizadas na cidade de São Paulo, e Belém para outras unidades da Companhia, aproveitando a estrutura instalada e obtendo assim uma diluição de custos fixos.

Deduções

Como percentual de receita bruta, as deduções da Companhia cresceram 5% em 2018, de R\$ 82,7 milhões no exercício findo em 2017 para R\$ 86,9 milhões, refletindo um crescimento maior do que o crescimento da receita bruta.

Receita líquida

A receita líquida da companhia foi de R\$ 1.077,9 milhões em 2017 para R\$ 1.076,9 milhões em 2018.

Custo dos serviços prestados

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A composição do custo dos serviços prestados da Companhia pode ser observada na tabela abaixo:

| Custo dos Serviços Prestados (Em milhares de reais - R\$) | 31.12.2018 | 31.12.2017 |
|--|-------------------|-------------------|
| Honorários médicos | (206.800) | (187.000) |
| Pessoal | (208.000) | (204.100) |
| Insumos e laboratórios de apoio | (131.100) | (136.700) |
| Manutenção | (27.400) | (28.800) |
| Ocupação | (88.000) | (86.000) |
| Serviços de terceiros | (50.400) | (54.500) |
| Depreciação e amortização | (74.400) | (71.100) |
| Custo de Construção | (1.400) | (36.300) |
| Total | (787.500) | (804.500) |

O custo dos serviços prestados pela Companhia em 2018 foi de R\$ 787,5 milhões, representando uma redução de 2% em relação aos R\$ 804,5 milhões de 2017, e inferior ao crescimento de receita bruta do período.

As principais variações ocorreram na linha de Custo com Construção, houve uma redução correspondente a 96% passando de R\$ 36,3 milhões para R\$ 1,4 milhões ao final de 2018.

Lucro bruto

O lucro bruto da Companhia decresceu 10%, de R\$ 321,3 milhões para R\$ 289,4 milhões no exercício de 2018, principalmente em função de reclassificação entre contas e despesas realizadas (em 2016 algumas contas de custos eram alocadas em despesas, isso foi reclassificado em 2017). A Companhia entende que a estrutura de custos e despesas de 2017 é a que reflete a sua situação real.

(Despesas) Receitas operacionais

A composição das Despesas e Receitas operacionais da Companhia e sua evolução pode ser observada na tabela abaixo:

| | | |
|---|------------|------------|
| (Despesas) Receitas operacionais (Em milhares de reais – R\$) | 31.12.2018 | 31.12.2017 |
| Despesas gerais e administrativas | (175.717) | (216.138) |
| Outras despesas, líquidas | 8.730 | (48.667) |
| Resultado em participação societária | 14.893 | 13.846 |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| | | |
|-------|-----------|-----------|
| Total | (152.093) | (250.959) |
|-------|-----------|-----------|

As despesas gerais e administrativas da Companhia foram reduzidas em 39,5% de R\$ 251,0 milhões para R\$ 152,1 milhões em 2018, tendo como principal motivo a reclassificação de custos e despesas realizadas em 2017, de forma a refletir mais adequadamente o critério conceitual correspondente de custos e de despesas, conforme o caso.

Outras despesas líquidas reduziram R\$ 57,4 milhões, de uma despesa de R\$ 48,7 milhão no período anterior para uma receita de R\$ 8,7 milhões em 2018.

Lucro operacional antes do resultado financeiro

O lucro operacional antes do resultado financeiro da Companhia foi de R\$ 137,3 milhões em 2018, com um crescimento de 95% em relação a 2017, que foi de R\$ 70,4 milhões, devido a redução de R\$ 57,4 milhões de outras despesas líquidas.

Resultado financeiro

O resultado financeiro da Companhia em 2018 foi negativo em R\$ 67,2 milhões, apresentando uma redução em relação ao mesmo período do ano anterior no qual a companhia registrou um resultado financeiro de R\$ R\$ 78,2 milhões.

A redução reflete principalmente o menor endividamento líquido e o menor nível das taxas SELIC/CDI.

Lucro (Prejuízo) operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social

Em 2018, a Companhia registrou um lucro antes do imposto de renda de R\$ 70,0 milhões, frente a prejuízo de R\$ 7,9 milhões em 2017, principalmente em função do melhor resultado operacional e da redução no resultado financeiro explicado anteriormente.

Maiores informações sobre o resultado operacional da Companhia estão apresentadas no Earnings Release que comenta os resultados de 2018 e que descreve o cálculo do EBITDA e EBITDA ajustado.

Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social da Companhia passou de um crédito de R\$ 22,6 milhões em 2017 para uma despesa de R\$ 18,5 milhões em 2018, principalmente devido aos esforços da Companhia no sentido de reduzir as ineficiências provenientes se sua estrutura societária.

Lucro (Prejuízo) líquido do exercício

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Companhia registrou um lucro líquido de R\$ 51,6 milhões em contrapartida a um lucro de R\$ 14,6 milhões em 2017, reflexo novamente do melhor resultado operacional e do menor resultado financeiro, além de um imposto de renda mais próximo aos níveis normais.

Comparação entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

CONTAS DE RESULTADO

| DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (Em milhares de reais – R\$) | 31.12.2017 | 31.12.2016 |
|--|------------------|-----------------|
| RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS | 1.077.876 | 951.470 |
| Custo dos serviços prestados | (756.580) | (591.019) |
| LUCRO BRUTO | 321.297 | 360.451 |
| (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS | | |
| Despesas gerais e administrativas | (216.138) | (257.275) |
| Outras despesas, líquidas | (48.667) | (12.703) |
| Resultado em participação societária | 13.846 | 10.139 |
| LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO | 70.338 | 46.878 |
| RESULTADO FINANCEIRO | (78.260) | (65.993) |
| LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | (7.922) | 34.619 |
| IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | 22.563 | (5.852) |
| LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | 14.641 | 28.767 |

Receita líquida de Serviços

Apesar da Companhia caracterizar-se com pertencente a um segmento único, para análise do crescimento da receita líquida de serviços da Companhia, a Diretoria acredita ser útil a segregação entre a receita de diagnóstico por imagem e análises clínicas conforme tabela abaixo:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| (Em milhares de reais – R\$) | 31.12.2017 | 31.12.2016 |
|------------------------------|------------|------------|
| RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS | 1.124.300 | 956.900 |
| Diagnósticos por Imagem | 974.500 | 842.490 |
| Análises Clínicas | 149.700 | 114.385 |
| Rec. Construção | 38.500 | 64.100 |
| Deduções | (84.900) | (69.512) |
| RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS | 1.077.900 | 951.500 |

Em 2017, a receita bruta da Companhia aumentou 14%, passando de R\$ 1.021,0 milhões para R\$ 1.162,8 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2017. A receita de serviços de diagnóstico por imagem aumentou 16% de R\$ 842,5 milhões em 2016 para R\$ 974,5 milhões em 2017.

Tal variação deveu-se, principalmente, pelas iniciativas presentes no plano de expansão da Companhia, como o crescimento de volume em unidades existentes, maturação de novos equipamentos instalados em unidades existentes, reajustes de preços, novos credenciamentos de procedimentos e convênios e maturação de novas unidades inauguradas ao longo do período.

A receita de análises clínicas cresceu cerca de 31%, de R\$ 114,4 milhões no período de 2016 para R\$ 149,7 milhões em 2017, sendo quase toda gerada em São Paulo através da marca CDB, onde a oferta do serviço já ocorre há muitos anos, podendo ser considerada 'madura'. Para este segmento, a Diretoria ressalta o plano de expansão da oferta de análises clínicas nas unidades exclusivas de diagnóstico por imagem, que hoje seguem sendo a maioria. O objetivo desse plano é replicar o modelo presente nas unidades localizadas na cidade de São Paulo, e Belém para outras unidades da Companhia, aproveitando toda estrutura instalada e obtendo assim uma diluição de custos fixos.

Deduções

Como percentual de receita bruta, as deduções da Companhia cresceram 22% em 2017, de R\$ 69,5 milhões no exercício findo em 2016 para R\$ 85,0 milhões, refletindo um crescimento maior do que o crescimento da receita bruta.

Receita líquida

A receita líquida da companhia cresceu 13%, de R\$ 951,5 milhões em 2016 para R\$ 1.077,9 milhões em 2017. A Diretoria ressalta que este crescimento é similar ao da receita bruta.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Custo dos serviços prestados

A composição do custo dos serviços prestados da Companhia pode ser observada na tabela abaixo:

| Custo dos Serviços Prestados (Em milhares de reais - R\$) | 31.12.2017 | 31.12.2016 |
|--|-------------------|-------------------|
| Honorários médicos | (187.000) | (163.000) |
| Pessoal | (204.100) | (158.800) |
| Insumos e laboratórios de apoio | (136.700) | (121.900) |
| Manutenção | (28.800) | (24.100) |
| Ocupação | (86.000) | (53.700) |
| Serviços de terceiros | (54.500) | (28.600) |
| Depreciação e amortização | (71.100) | (66.300) |
| Custo de Construção | (36.300) | (60.500) |
| Total | (804.500) | (676.900) |

O custo dos serviços prestados pela Companhia em 2017 foi de R\$ 804,5 milhões, representando um aumento de 19% em relação aos R\$ 676,9 milhões de 2016, e superior ao crescimento de receita bruta do período.

As principais variações ocorreram na linha de pessoal, houve um aumento correspondente a 28% passando de R\$ 158,8 milhões para R\$ 204,1 milhões ao final de 2017.

Lucro bruto

O lucro bruto da Companhia decresceu 11%, de R\$ 360,5 milhões para R\$ 321,3 milhões no exercício de 2017, principalmente em função de reclassificação entre contas e despesas realizadas (em 2016 algumas contas de custos eram alocadas em despesas, isso foi reclassificado em 2017). A Companhia entende que a estrutura de custos e despesas de 2017 é a que reflete a sua situação real.

(Despesas) Receitas operacionais

A composição das Despesas e Receitas operacionais da Companhia e sua evolução pode ser observada na tabela abaixo:

| | | |
|---|------------|------------|
| (Despesas) Receitas operacionais (Em milhares de reais – R\$) | 31.12.2017 | 31.12.2016 |
|---|------------|------------|

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| | | |
|--------------------------------------|-----------|-----------|
| Despesas gerais e administrativas | (216.138) | (257.275) |
| Outras despesas, líquidas | (48.667) | (12.703) |
| Resultado em participação societária | 13.846 | 10.139 |
| Total | (250.959) | (259.839) |

As despesas gerais e administrativas da Companhia foram reduzidas em 3,5% de R\$ 259,8 milhões para R\$ 251,0 milhões em 2017, tendo como principal motivo a reclassificação de custos e despesas realizadas em 2017, de forma a refletir mais adequadamente o critério conceitual correspondente de custos e de despesas, conforme o caso.

Outras despesas líquidas cresceram R\$ 36,0 milhões, de uma despesas de R\$ 12,7 milhão no período anterior para uma despesa R\$ 48,7 milhões em 2017.

Lucro operacional antes do resultado financeiro

O lucro operacional antes do resultado financeiro da Companhia foi de R\$ 70,4 milhões em 2017, com uma redução de 30% em relação a 2016, que foi de R\$ 100,6 milhões, devido ao crescimento de R\$ 36,0 milhões de outras despesas líquidas em função do impacto líquido de R\$ 45,2 milhões no 4T17, compostos pela baixa de R\$ 49,5 Milhões de contas a receber, parcialmente compensado por R\$ 4,2 milhões de ganhos em outras conciliações contábeis .

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido da Companhia em 2017 foi negativo em R\$ 78,3 milhões, apresentando uma redução em relação ao mesmo período do ano anterior no qual a companhia registrou uma despesa financeira líquida de R\$ R\$ 66,0 milhões

A redução reflete principalmente o maior endividamento líquido e também despesas não -recorrentes para o pré-pagamento de dívidas (realizado no 4T17).

Lucro (Prejuízo) operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social

Em 2017, a Companhia registrou um lucro antes do imposto de renda de R\$ -7,9 milhões, frente a lucro de R\$ 34,6 milhões em 2015, principalmente em função da redução no resultado financeiro explicado anteriormente e também de uma base maior de depreciação e amortização.

Maiores informações sobre o resultado operacional da Companhia estão apresentadas no Earnings Release que comenta os resultados de 2017 e que descreve o cálculo do EBITDA e EBITDA ajustado.

Imposto de renda e contribuição social

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A despesa com imposto de renda e contribuição social da Companhia reduziu de R\$ -5,9 milhões em 2016 para um registro positivo de R\$ 22,6 milhões em 2017, principalmente devido a constituição de créditos fiscais em 2017.

Lucro (Prejuízo) líquido do exercício

A Companhia registrou um lucro líquido de R\$ 14,6 milhões em contrapartida a um lucro de R\$ 28,7 milhões em 2016, reflexo das baixas contábeis realizadas no período, do resultado financeiro não recorrente e da maior estrutura de custos e despesas necessárias para arcar com o forte ritmo de expansão realizado em 2017.

Comparação entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

CONTAS DE RESULTADO

| DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (Em milhares de reais – R\$) | 31.12.2016 | 31.12.2015 |
|---|------------|------------|
| RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS | 951.470 | 699.664 |
| Custo dos serviços prestados | (591.019) | (422.180) |
| LUCRO BRUTO | 360.451 | 277.484 |
| (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS | | |
| Despesas gerais e administrativas | (257.275) | (183.152) |
| Outras despesas, líquidas | (12.703) | 14.406 |
| Resultado em participação societária | 10.139 | - |
| LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO | 100.612 | 108.738 |
| RESULTADO FINANCEIRO | | |
| | (65.993) | (101.770) |
| LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | 34.619 | 6.968 |
| IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | (5.852) | (18.397) |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO 28.767 (11.429)

Receita líquida de Serviços

Apesar da Companhia caracterizar-se com pertencente a um segmento único, para análise do crescimento da receita líquida de serviços da Companhia, a Diretoria acredita ser útil a segregação entre a receita de diagnóstico por imagem e análises clínicas conforme tabela abaixo:

| (Em milhares de reais – R\$) | 31.12.2016 | 31.12.2015 |
|------------------------------------|----------------|----------------|
| RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS | 956.875 | 737.118 |
| Diagnósticos por Imagem | 842.490 | 636.553 |
| Análises Clínicas | 114.385 | 100.565 |
| Deduções | (69.512) | (46.040) |
| RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS | 887.363 | 691.078 |

Em 2016, a receita bruta da Companhia aumentou 37%, passando de R\$ 745,7 milhões para R\$ 1.021,0 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2016. Este período contém aproximadamente nove meses de receita do Grupo Delfin, empresa adquirida em Março de 2016.

A receita de serviços de diagnóstico por imagem aumentou 32% de R\$ 636,5 milhões para R\$ 842,5 milhões no mesmo período de 2016.

Tal variação deveu-se, principalmente, pelas iniciativas presentes no plano de expansão da Companhia, como o crescimento de volume em unidades existentes, maturação de novos equipamentos instalados em unidades existentes, reajustes de preços, novos credenciamentos de procedimentos e convênios e maturação de novas unidades inauguradas ao longo do período.

A receita de análises clínicas cresceu cerca de 14%, de R\$ 100,5 milhões no período de 2015 para R\$ 114,4 milhões em 2016, sendo quase toda gerada em São Paulo através do CDB. Para este segmento, a Diretoria ressalta o plano de expansão da oferta de análises clínicas nas unidades exclusivas de diagnóstico por imagem, que hoje são a maioria. O objetivo desse plano é replicar o modelo presente nas unidades localizadas na cidade de São Paulo, Belém e Bahia para outras unidades da Companhia, aproveitando toda estrutura instalada e obtendo assim uma diluição de custos fixos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Deduções

Como percentual de receita bruta, as deduções da Companhia cresceram 34,5% em 2016, de R\$ 46,0 milhões no exercício findo em 2015 para R\$ 69,5 milhões, refletindo um crescimento maior do que o crescimento da receita bruta.

Receita líquida

A receita líquida da companhia cresceu 36%, de R\$ 699,78 milhões em 2015 para R\$ 951,5 milhões em 2016. A Diretoria ressalta que este crescimento é similar ao da receita bruta.

Custo dos serviços prestados (pro forma)

A composição do custo dos serviços prestados da Companhia, em visão pro forma (que permite fácil comparação com índices de mercado como inflação, dissídio, entre outros), pode ser observada na tabela abaixo:

| Custo dos Serviços Prestados (Em milhares de reais - R\$) | 31.12.2016 | 31.12.2015 |
|--|-------------------|-------------------|
| Honorários médicos | (166.060) | (152.548) |
| Pessoal | (122.169) | (121.016) |
| Insumos e laboratórios de apoio | (122.655) | (92.270) |
| Manutenção | (21.875) | (23.161) |
| Ocupação | (44.625) | (39.472) |
| Serviços de terceiros | (18.252) | (11.359) |
| Depreciação e amortização | (48.297) | (40.269) |
| Custo de Construção | (60.486) | (7.843) |
| Total | (604.417) | (487.938) |

O custo dos serviços prestados pela Companhia em 2016 foi de R\$ 604,4 milhões, representando um aumento de 24% em relação aos R\$ 487,9 milhões de 2015, e inferior ao crescimento de receita bruta do período.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Na linha de honorários médicos, houve um aumento correspondente a 9% passando de R\$ 152,5 milhões para R\$ 166,1 milhões ao final de 2016.

Na linha de custo com pessoal é possível observar uma alta ligeira de 1%, de R\$ 121,0 milhões em 2015 para R\$ 122,2 milhões em 2016, resultado de iniciativas de ganho de eficiência operacional e do processo de orçamento base zero.

O custo com serviços de terceiros passou de R\$ 11,4 milhões em 2015 para R\$ 18,3 milhões em 2016.

A linha de insumos aumentou 33%, de R\$ 92,3 milhões para R\$ 122,7 milhões em 2016, por conta de alguns insumos de exames importados indexados ao dólar que estavam com reajuste represado desde 2015.

A linha de custos referentes a ocupação aumentou de R\$ 39,5 milhões em 2015 para R\$ 44,6 milhões em 2016, principalmente reflexo das aquisições realizadas e abertura de novas unidades.

Lucro bruto

O lucro bruto da Companhia cresceu 30%, de R\$ 277,5 milhões para R\$ 360,5 milhões no exercício de 2016. Em percentual da receita líquida, a margem de lucro bruto apresentou redução de 180 bps.

(Despesas) Receitas operacionais

A composição das Despesas e Receitas operacionais da Companhia e sua evolução pode ser observada na tabela abaixo:

| (Despesas) Receitas operacionais (Em milhares de reais – R\$) | 31.12.2016 | 31.12.2015 |
|---|------------|------------|
| Despesas gerais e administrativas | (257.275) | (183.152) |
| Outras despesas, líquidas | (12.703) | 14.406 |
| Resultado em participação societária | 10.139 | - |
| Total | (259.839) | (168.746) |

As despesas gerais e administrativas da Companhia aumentaram 40% de R\$ 168,7 milhões para R\$ 259,8 milhões em 2016, tendo como principais motivos a incorporação da estrutura administrativa do Delfin a partir de março, o efeito de despesas para aquisição do Delfin.

Outras despesas cresceram R\$ 27,1 milhões, de uma receita de R\$ 14,4 milhão no período anterior para uma despesa R\$ 12,7 milhões em 2016, principalmente devido a uma receita não caixa de R\$ 13 milhões em 2015 advinda de um estorno de provisão contábil que estava no passivo da Companhia. O estorno é

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

referente a um earn out que deveria ser pago a empresa UMDI adquirida em 2013 com base em uma meta de crescimento, e que não se concretizou.

Lucro operacional antes do resultado financeiro

O lucro operacional antes do resultado financeiro da Companhia foi de R\$ 100,6 milhões em 2016, com uma redução de 7% em relação a 2015, que foi de R\$ 108,7 milhões em função dos efeitos explicados no item acima de (despesas) e receitas operacionais.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido da Companhia em 2016 foi negativo em R\$ 66,0 milhões, apresentando uma melhora em relação ao mesmo período do ano anterior no qual a companhia registrou uma despesa financeira líquida de R\$ 101,8 milhões.

A melhoria reflete principalmente o rendimento dos recursos captados no IPO.

Lucro (Prejuízo) operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social

Em 2016, a Companhia registrou um lucro antes do imposto de renda de R\$ 34,6 milhões, frente a lucro de R\$ 7,0 milhões em 2015, principalmente em função da melhora do resultado financeiro explicado anteriormente.

Maiores informações sobre o resultado operacional da Companhia estão apresentadas no Earnings Release que comenta os resultados de 2016 e que descreve o cálculo do EBITDA e EBITDA ajustado.

Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social da Companhia reduziu de R\$ 18,4 milhões em 2015 para R\$ 5,9 milhões em 2016, principalmente devido a aprovação pelo Conselho da Companhia de plano para que a controladora incorpore a subsidiária CDB, permitindo créditos fiscais em 2016.

Lucro (Prejuízo) líquido do exercício

A Companhia registrou um lucro líquido de R\$ 28,8 milhões em contrapartida a um prejuízo de R\$ 11,4 milhões em 2015, reflexo do crescimento da receita, dos ganhos de eficiência em custo, do efeito positivo da marcação da 4131 e o crédito fiscal que foi constituído.

Descrição das Principais Contas do Nossa Balanço Patrimonial

Conforme citado anteriormente, no período base de análise, compreendido entre o exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 e o período findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou um

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

crescimento elevado devido tanto à abertura de novas unidades como à aquisição de empresas. Tal crescimento afetou tanto o resultado como o balanço da companhia durante o período em questão.

Os eventos mais impactantes no período foram a aquisição da Clínica Delfin, em março de 2016 e a aquisição de Multiscan, em março de 2017, além da conversão do IFC. Estes eventos foram os grandes responsáveis pelas variações registradas nas contas do balanço até 2017 e se somam ao melhor lucro líquido de 2018 que foi o principal fator de variação nas contas em 2018. Há ainda os investimentos na RBD (PPP Bahia), que no Balanço Patrimonial são refletidos nas contas de Ativo Financeiro (circulante e não circulante).

A aquisição de Delfin, por ter acontecido no 1º trimestre do ano fiscal de 2016, teve não apenas impacto de aproximadamente 10 meses de operação no resultado, conforme citado acima, mas também pela consolidação do balanço, já integralmente refletida em 31 de dezembro de 2016, sendo seu impacto a explicação das principais variações nos saldos do balanço entre 2016 e o ano anterior.

Impacto similar ao ocorrido na aquisição do Delfin, no entanto, em menores proporções, aconteceu com a aquisição da Multiscan, no balanço do período findo em 31 de dezembro de 2017.

Com a conclusão de cada uma das transações supracitadas, diversas contas do balanço sofreram impactos relevantes ao longo do período analisado, principalmente entre os anos de 2017 e 2016 e de 2016 e 2015. O ativo total da Companhia aumentou de R\$ 2.166 milhão de reais, em 2016, para R\$ 2.209 milhão de reais em 2018.

Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

| ATIVOS | 31.12.2018 | 31.12.2017 |
|--|-------------------|-------------------|
| CIRCULANTES | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 73.165 | 91.597 |
| Títulos e valores mobiliários | 10 | 10 |
| Contas a receber | 228.961 | 219.178 |
| Estoques | 5.435 | 4.650 |
| Ativo financeiro | 31.094 | 30.676 |
| Instrumento financeiro derivativo | - | - |
| Impostos a recuperar | 40.770 | 41.153 |
| Outras contas a receber | 2.313 | 14.290 |
| Total dos ativos circulantes | 399.736 | 401.554 |
| NÃO CIRCULANTES | | |
| Títulos e valores mobiliários | 2.712 | 3.692 |
| Depósitos judiciais | 26.107 | 25.817 |
| Garantia de reembolso de contingências | 50.576 | 104.389 |
| Partes Relacionadas | 23.496 | 38.406 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 128.061 | 123.127 |
| Outras contas a receber | 0 | 0 |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| | | |
|-----------------------------------|------------------|------------------|
| Ativo financeiro | 79.854 | 83.164 |
| Instrumento derivativo financeiro | - | - |
| Investimentos | 6.625 | 5.364 |
| Imobilizados | 525.020 | 532.523 |
| Intangível | 967.239 | 966.949 |
| Total dos ativos não circulantes | 1.809.690 | 1.883.431 |
| TOTAL DOS ATIVOS | 2.209.426 | 2.284.985 |

Entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 houve uma variação no ativo total da Companhia, de R\$ 75 milhões, representando uma redução de 3,3% no período.

No ativo circulante a conta Ativo Financeiro ficou praticamente estável, uma vez que a fase de investimentos (aumento de ativo) praticamente se concluiu até 2017. O ativo não circulante reduziu principalmente na conta de reembolso de contingências, que por sua vez reflete redução de similar magnitude na conta de provisão de riscos legais (passivo). Outra variação significativa do ativo não circulante foi a redução do ativo financeiro para R\$ 79,9 milhões, refletindo também o fim do ciclo de grandes investimentos na RBD (o ativo é então baixado ao longo do tempo até o final do contrato, previsto para o 2º semestre de 2026).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 31.12.2018 | 31.12.2017 |
|--|-------------------|-------------------|
| CIRCULANTES | | |
| Fornecedores | 60.803 | 73.410 |
| Salários, obrigações sociais e previdenciárias | 43.417 | 52.652 |
| Empréstimos e financiamentos | 232.561 | 167.044 |
| Instrumento financeiro derivativo | - | 1.260 |
| Obrigações tributárias | 21.012 | 23.524 |
| Parcelamento de impostos | 2.277 | 2.212 |
| Contas a pagar – aquisição de empresas | 13.418 | 36.489 |
| Outras contas a pagar | 6.716 | 5.463 |
| Total dos passivos circulantes | 4.477 | 362.054 |
| NÃO CIRCULANTES | | |
| Empréstimos e financiamentos | 372.950 | 432.208 |
| Instrumento financeiro derivativo | 0 | 0 |
| Partes Relacionadas | 1.025 | 5.881 |
| Parcelamento de impostos | 8.418 | 6.960 |
| Contas a pagar – aquisição de empresas | 33.368 | 48.790 |
| PIS/COFINS/ISS diferidos | 10.294 | 5.161 |
| Provisão para riscos legais | 89.429 | 140.045 |
| Outras contas a pagar | 2.741 | 5.598 |
| Total dos passivos não circulantes | 524.979 | 652.676 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | |
| Capital social | 612.412 | 612.412 |
| Capital social a integralizar | 0 | 0 |
| Reservas de capital | 622.280 | 620.222 |
| Ações em tesouraria | (38) | (1.954) |
| Lucros/Prejuízos acumulados/ Reservas de Lucros | 22.292 | (11.220) |
| Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores | 1.256.946 | 1.219.460 |
| Participação dos acionistas não controladores | 42.766 | 50.796 |
| Total do patrimônio líquido | 1.299.712 | 1.270.256 |
| TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 2.209.426 | 2.284.985 |

O passivo circulante, por sua vez, teve um aumento de R\$ 22,7 milhões no período, em grande parte devido à movimentação dos empréstimos e financiamentos. A contrapartida para o aumento na conta de empréstimos no passivo circulante foi uma redução na conta do não-circulante.

A conta circulante de Contas a pagar – aquisição de empresas também teve variação relevante, refletindo principalmente o pagamento realizado em 2018 de uma parcela importante da aquisição de Multiscan.

O passivo não circulante reduziu em R\$ 125 milhões, principalmente na conta de empréstimos, conforme anteriormente citado e também houve redução importante na conta de provisão de riscos legais, como reflexo também da redução do ativo de reembolsos de contingências mencionado anteriormente.

O patrimônio líquido aumentou de R\$ 1.219,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 1.256,9 milhões ao final de 2018, devido, principalmente, ao lucro obtido em 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

| ATIVOS | 31.12.2017 | 31.12.2016 |
|--|-------------------|-------------------|
| CIRCULANTES | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 91.597 | 159.333 |
| Títulos e valores mobiliários | 10 | 37.811 |
| Contas a receber | 219.178 | 233.260 |
| Estoques | 4.650 | 6.391 |
| Ativo financeiro | 30.676 | 14.407 |
| Instrumento financeiro derivativo | - | - |
| Impostos a recuperar | 41.153 | 26.373 |
| Outras contas a receber | 14.290 | 16.854 |
| Total dos ativos circulantes | 401.554 | 494.429 |
| NÃO CIRCULANTES | | |
| Títulos e valores mobiliários | 3.692 | 5.696 |
| Depósitos judiciais | 25.817 | 22.050 |
| Garantia de reembolso de contingências | 104.389 | 139.229 |
| Partes Relacionadas | 38.406 | 31.114 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 123.127 | 61.530 |
| Outras contas a receber | 0 | 893 |
| Ativo financeiro | 83.164 | 64.390 |
| Instrumento derivativo financeiro | - | - |
| Investimentos | 5.364 | 4.694 |
| Imobilizados | 532.523 | 464.206 |
| Intangível | 966.949 | 878.081 |
| Total dos ativos não circulantes | 1.883.431 | 1.671.883 |
| TOTAL DOS ATIVOS | 2.284.985 | 2.166.312 |

Entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 houve uma variação no ativo total da Companhia, de R\$ 119 milhões, representando um aumento de 5% no período.

No ativo circulante a conta Ativo Financeiro teve variação elevada em função dos recursos investidos na RBD. O ativo não circulante aumentou de R\$ 1.671,9 milhões para R\$ 1.883,4 milhões, representando um aumento de 13%. As contas mais afetadas foram o Imobilizado e o Intangível, além da conta de IRCS diferido. O ativo Intangível por exemplo teve um aumento de R\$ 88,9 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 31.12.2017 | 31.12.2016 |
|--|-------------------|-------------------|
| CIRCULANTES | | |
| Fornecedores | 73.410 | 69.737 |
| Salários, obrigações sociais e previdenciárias | 52.652 | 41.227 |
| Empréstimos e financiamentos | 167.044 | 202.830 |
| Instrumento financeiro derivativo | 1.260 | 25.549 |
| Obrigações tributárias | 23.524 | 35.813 |
| Parcelamento de impostos | 2.212 | 2.088 |
| Contas a pagar – aquisição de empresas | 36.489 | 13.478 |
| Outras contas a pagar | 5.463 | 13.857 |
| Total dos passivos circulantes | 362.054 | 404.579 |
| NÃO CIRCULANTES | | |
| Empréstimos e financiamentos | 432.208 | 302.817 |
| Instrumento financeiro derivativo | 0 | 13.101 |
| Partes Relacionadas | 5.881 | 293 |
| Parcelamento de impostos | 6.960 | 6.979 |
| Contas a pagar – aquisição de empresas | 48.790 | 33.487 |
| PIS/COFINS/ISS diferidos | 5.161 | 4.452 |
| Provisão para riscos legais | 140.045 | 179.478 |
| Outras contas a pagar | 5.597 | 9.191 |
| Total dos passivos não circulantes | 652.676 | 549.798 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | |
| Capital social | 612.412 | 580.910 |
| Capital social a integralizar | 0 | (1.130) |
| Reservas de capital | 620.222 | 615.794 |
| Ações em tesouraria | (1.954) | (4.102) |
| Prejuízos acumulados | (11.220) | (17.872) |
| Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores | 1.219.460 | 1.173.600 |
| Participação dos acionistas não controladores | 38.335 | 38.335 |
| Total do patrimônio líquido | 1.211.935 | 1.211.935 |
| TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 2.234.190 | 2.166.312 |

O passivo circulante, por sua vez, teve um decréscimo de R\$ 42,5 milhões no período, em grande parte devido à movimentação dos empréstimos e financiamentos, visto que com a emissão da 1ª Debentures, fizemos o pré-pagamento de dívidas que venciam no curto prazo substituindo-as pelo prazo mais longo previsto na emissão.

A conta de Contas a pagar – aquisição de empresas também teve aumento relevante, refletindo principalmente a aquisição de Multiscan, cujo pagamento se dará em até 5 anos da data de assinatura do contrato.

O passivo não circulante aumentou em R\$ 102,9 milhões, principalmente na conta de empréstimos e financiamentos, refletindo a emissão das debêntures mencionada anteriormente.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O patrimônio líquido aumentou de R\$ 1.211,9 milhões em 2016 para R\$ 1.219,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, devido, em parte, à conversão de dívida pelo IFC e também, às aquisições, que impactam o capital pela combinação de negócios realizada.

Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

| ATIVOS | 31.12.2016 | 31.12.2015 |
|--|-------------------|-------------------|
| CIRCULANTES | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 159.333 | 21.920 |
| Títulos e valores mobiliários | 37.811 | 3.672 |
| Contas a receber | 233.260 | 155.592 |
| Estoques | 6.391 | 4.203 |
| Ativo financeiro | 14.407 | 2.806 |
| Instrumento financeiro derivativo | - | 8.270 |
| Impostos a recuperar | 26.373 | 13.217 |
| Outras contas a receber | 16.854 | 6.246 |
| Total dos ativos circulantes | 494.429 | 215.926 |
| NÃO CIRCULANTES | | |
| Títulos e valores mobiliários | 5.696 | 2.763 |
| Depósitos judiciais | 22.050 | 15.149 |
| Garantia de reembolso de contingências | 139.229 | 158.041 |
| Partes Relacionadas | 31.114 | - |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 61.530 | 50.182 |
| Outras contas a receber | 893 | 8.039 |
| Ativo financeiro | 64.390 | 13.254 |
| Instrumento derivativo financeiro | - | 21.050 |
| Investimentos | 4.694 | - |
| Imobilizados | 464.206 | 411.211 |
| Intangível | 878.081 | 640.737 |
| Total dos ativos não circulantes | 1.671.883 | 1.320.426 |
| TOTAL DOS ATIVOS | 2.166.312 | 1.536.352 |

Entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 houve uma variação no ativo total da Companhia, de R\$ 630 milhões, representando um aumento de 41% no período.

No ativo circulante a conta Caixa e Equivalentes de Caixa teve variação elevada em função principalmente dos recursos captados na abertura de capital e também do fluxo de caixa operacional gerado pelas operações.

O ativo não circulante aumentou de R\$ 1.320,4 milhões para R\$ 1.671,9 milhões, representando um aumento de 27%. As contas mais afetadas foram o Imobilizado e o Intangível. O ativo Intangível por exemplo teve um aumento de R\$ 237,3 milhões.

| PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 31.12.2016 | 31.12.2015 |
|--------------------------------------|-------------------|-------------------|
| CIRCULANTES | | |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| | | |
|--|------------------|------------------|
| Fornecedores | 69.737 | 51.108 |
| Salários, obrigações sociais e previdenciárias | 41.227 | 28.209 |
| Empréstimos e financiamentos | 202.830 | 79.654 |
| Instrumento financeiro derivativo | 25.549 | - |
| Obrigações tributárias | 35.813 | 16.263 |
| Parcelamento de impostos | 2.088 | 1.256 |
| Contas a pagar – aquisição de empresas | 13.478 | 4.354 |
| Outras contas a pagar | 13.857 | 6.133 |
| Total dos passivos circulantes | 404.579 | 186.977 |
| NÃO CIRCULANTES | | |
| Empréstimos e financiamentos | 302.817 | 385.790 |
| Instrumento financeiro derivativo | 13.101 | - |
| Partes Relacionadas | 293 | |
| Parcelamento de impostos | 6.979 | 7.177 |
| Contas a pagar – aquisição de empresas | 33.487 | 29.456 |
| PIS/COFINS/ISS diferidos | 4.452 | - |
| Provisão para riscos legais | 179.478 | 178.570 |
| Outras contas a pagar | 9.191 | 15.382 |
| Total dos passivos não circulantes | 549.798 | 616.375 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | |
| Capital social | 580.910 | 299.249 |
| Capital social a integralizar | (1.130) | (1.201) |
| Reservas de capital | 615.794 | 474.590 |
| Ações em tesouraria | (4.102) | (23.897) |
| Prejuízos acumulados | (17.872) | (32.664) |
| Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores | 1.173.600 | 716.077 |
| Participação dos acionistas não controladores | 38.335 | 16.923 |
| Total do patrimônio líquido | 1.211.935 | 733.000 |
| TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 2.166.312 | 1.536.352 |

O passivo circulante, por sua vez, teve um acréscimo de R\$ 217,6 milhões no período, em grande parte devido à movimentação dos empréstimos e financiamentos, que somou R\$ 123,2 milhões de variação.

A conta de Salários e obrigações sociais e previdenciárias aumentou de R\$ 28,2 milhões em 2015 para R\$ 41,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, sendo que parte desta variação reflete a aquisição da Clínica Delfin.

O saldo de Obrigações tributárias, no período analisado, teve um aumento de R\$ 19,6 milhões. A aquisição da Clínica Delfin respondeu por parte deste aumento ao passo que o restante foram referentes à expansão das atividades da própria Companhia.

O passivo não circulante sofreu uma redução de R\$ 66,6 milhões. Desta redução cabe destacar a conta que teve a maior variação, no caso, a conta de empréstimos e financiamentos.

As outras linhas dentro de passivo não circulante de forma geral ficaram bastante estáveis no período.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O patrimônio líquido aumentou de R\$ 733,0 milhões em 2015 para R\$ 1.211,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, devido, em grande parte, à abertura de capital da Companhia e também, em menor escala, à aquisição da Clínica Delfin, que teve impacto no capital social, com a emissão de novas ações devido à combinação de negócios.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Fluxos de caixa

Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

A tabela abaixo apresenta os valores relativos aos fluxos de caixa:

| | 31.12.2018 | 31.12.2017 |
|--|-------------------|-------------------|
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | |
| Lucro líquido do exercício | 51.567 | 14.640 |
| Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais: | | |
| Depreciação e amortização | 82.621 | 79.017 |
| Opções outorgadas e ações restritas reconhecidas | 2.771 | 7.617 |
| Valor residual de ativos imobilizados baixados e investimentos | 10.625 | 20.267 |
| Encargos financeiros, variação cambial e derivativ. | 54.644 | 64.342 |
| Resultado com instrumentos financeiros derivativos | - | 16.549 |
| Atualização do ativo financeiro | (26.522) | (21.108) |
| Resultado em participação societária | (14.893) | (13.844) |
| Perda com dividendos desproporcionais | - | - |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 3.270 | (7.135) |
| Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários | 658 | (3.416) |
| Redução ao valor recuperável de ativos | - | - |
| PIS/COFINS/ISSQN diferidos | (2.449) | 3.581 |
| | | |
| Redução (aumento) nos ativos operacionais: | | |
| Contas a receber | 17.887 | 49.855 |
| Estoques | (785) | 1.741 |
| Outros ativos | (3.514) | (15.588) |
| Ativo financeiro | (1.526) | (38.517) |
| Aumento (redução) nos passivos operacionais: | | |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| | | |
|--|-----------|-----------|
| Fornecedores | (955) | 12.115 |
| Fornecedores risco sacado | (11.652) | 11.652 |
| Salários, obrigações sociais e previdenciárias | (9.181) | 10.190 |
| Obrigações tributárias e parcelamento de impostos | 6.862 | (6.203) |
| Outros passivos | (4.821) | 483 |
| Opções de ações pagas | | - |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | (7.050) | (8.654) |
| Dividendos e JSCP recebidos de controladas | 13.633 | 13.046 |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | 161.189 | 134.194 |
| | | |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | |
| Aplicações financeiras | 1.073 | 44.504 |
| Aquisição de controladas, líquido do caixa recebido | (41.101) | (42.430) |
| Partes relacionadas | 10.054 | (9.071) |
| Adição em investimentos | - | (11.958) |
| Aquisição de ativo imobilizado e intangível | (86.033) | (149.022) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento | (116.007) | (167.977) |
| | | |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | |
| Aumento de capital | 693 | 693 |
| Gastos com emissão de ações | - | - |
| Compra/ Alienação de ações em tesouraria | (1.496) | (8.317) |
| Dividendos pagos | (4.081) | - |
| Valores recebidos de empréstimos, líquidos | 237.954 | 474.637 |
| Juros pagos | (57.472) | (49.511) |
| Amortização de empréstimos, financiamentos e derivativos | (238.519) | (451.455) |
| Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades de | (63.614) | (33.953) |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| | | |
|---|-----------------|-----------------|
| financiamento | | |
| AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | (18.430) | (67.736) |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | | |
| No início do período | 91.597 | 159.333 |
| No fim do período | 73.167 | 91.597 |
| AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | (18.430) | (67.736) |

Atividades operacionais

O caixa líquido aplicado nas atividades operacionais foi de R\$ 161 milhões no exercício de 2018 comparado ao caixa líquido gerado de R\$ 134 milhões no período anterior. Este crescimento deveu-se, principalmente, ao aumento do lucro líquido no período.

Atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R\$ 116,0 milhões em 2018 comparado a um caixa líquido aplicado de R\$ 168,0 milhões no período de 2017 refletindo principalmente o fim do período de grandes investimentos realizados até o final de 2017.

Atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento teve uma geração negativa de R\$ 63,6 milhões em 2018 comparado a geração negativa de R\$ 33,9 milhões no período de 2017, devido principalmente à linha de captação de empréstimos, uma vez que no ano anterior um volume maior de dinheiro foi tomado emprestado dada a maior necessidade de caixa do ano anterior quando a Companhia ainda estava num ciclo de fortes investimentos (este ciclou foi concluído no final de 2017)

Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

A tabela abaixo apresenta os valores relativos aos fluxos de caixa:

| | 31.12.2017 | 31.12.2016 |
|---|-------------------|-------------------|
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| | | |
|--|----------|----------|
| Lucro líquido do exercício | 14.640 | 28.767 |
| Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais: | | |
| Depreciação e amortização | 79.017 | 54.367 |
| Opções outorgadas e ações restritas reconhecidas | 7.617 | 1.551 |
| Valor residual de ativos imobilizados baixados e investimentos | 20.267 | 34.937 |
| Encargos financeiros e variação cambial | 64.342 | (22.444) |
| Resultado com instrumentos financeiros derivativos | 16.549 | 80.251 |
| Atualização do ativo financeiro | (21.108) | - |
| Resultado em participação societária | (13.844) | (10.139) |
| Perda com dividendos desproporcionais | - | - |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (7.135) | 7.506 |
| Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários | (3.416) | - |
| Redução ao valor recuperável de ativos | - | 1.688 |
| PIS/COFINS/ISSQN diferidos | 3.581 | 4.452 |
| Redução (aumento) nos ativos operacionais: | | |
| Contas a receber | 49.855 | (56.662) |
| Estoques | 1.741 | (948) |
| Outros ativos | (15.588) | (11.330) |
| Ativo financeiro | (38.517) | (45.457) |
| Aumento (redução) nos passivos operacionais: | | |
| Fornecedores | 12.115 | 12.435 |
| Fornecedores risco sacado | 11.652 | |
| Salários, obrigações sociais e previdenciárias | 10.190 | 5.962 |
| Obrigações tributárias e parcelamento de impostos | (6.203) | 17.466 |
| Outros passivos | 483 | 5.368 |
| Opções de ações pagas | - | (11.932) |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| | | |
|---|-----------------|----------------|
| Imposto de renda e contribuição social pagos | (8.654) | (8.391) |
| Dividendos e JSCP recebidos de controladas | 13.046 | 9.868 |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | 134.194 | 78.974 |
| | | |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | |
| Aplicações financeiras | 44.504 | (27.338) |
| Aquisição de controladas, líquido do caixa recebido | (42.430) | (2.091) |
| Partes relacionadas | (9.071) | (9.089) |
| Adição em investimentos | (11.958) | (6.500) |
| Aquisição de ativo imobilizado e intangível | (149.022) | (105.617) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento | (167.977) | (150.635) |
| | | |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | |
| Aumento de capital | 693 | 280.451 |
| Gastos com emissão de ações | - | (22.525) |
| Compra/ Alienação de ações em tesouraria | (8.317) | 1.128 |
| Transações com acionistas | - | (1.567) |
| Valores recebidos de empréstimos, líquidos | 474.637 | 156.023 |
| Juros pagos | (49.511) | (45.374) |
| Amortização de empréstimos, financiamentos e derivativos | (451.455) | (159.062) |
| Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades de financiamento | (33.953) | 209.074 |
| AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | (67.736) | 137.413 |
| | | |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | 159.333 | 21.920 |
| No início do período | 91.597 | 159.333 |
| No fim do período | (67.736) | 137.413 |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| | | |
|---|-----------------|----------------|
| | | |
| AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | (67.736) | 137.413 |

Atividades operacionais

O caixa líquido aplicado nas atividades operacionais foi de R\$ 134 milhões no exercício de 2017 comparado ao caixa líquido gerado de R\$ 79 milhões no período anterior. Este crescimento deveu-se, principalmente, a linha de encargos financeiros e variação cambial e contas à receber.

Atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R\$ 167,9 milhões em 2017 comparado a um caixa líquido aplicado de R\$ 150,6 milhões no período de 2016, refletindo principalmente na variação decorrente da linha de aplicações financeiras.

Atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento teve uma geração negativa de R\$ 33,9 milhões em 2017 comparado a de R\$ 209,1 milhões no período de 2016, refletido principalmente na linha de amortização de empréstimos, financiamentos e derivativos.

Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

A tabela abaixo apresenta os valores relativos aos fluxos de caixa:

| | 31.12.2016 | 31.12.2015 |
|---|-------------------|-------------------|
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | |
| Lucro (prejuízo) líquido do período | 28.767 | (11.429) |
| Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido do período com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais: | | |
| Depreciação e amortização | 54.367 | 35.701 |
| Opções outorgadas reconhecidas (canceladas) | - | 1.160 |
| Valor Residual de ativos imobilizados baixados e investimentos | 34.937 | 14.544 |
| Encargos financeiros e variação cambial | (22.444) | 99.152 |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| | | |
|---|----------|----------|
| Resultado com instrumentos financeiros derivativos | 80.251 | - |
| Resultado em participação societária | (10.319) | - |
| Reversão de contas a pagar aquisição de empresas | - | (12.961) |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 7.506 | 8.695 |
| Provisão para honorários advocatícios | - | 111 |
| Redução ao valor recuperável dos ativos | 1.688 | - |
| PIS/COFINS/ISS diferidos | 4.452 | - |
| Imposto de renda e contribuição social | (18.341) | (5.371) |
| Ações Restritas | 1.551 | - |
| Redução (aumento) nos ativos operacionais: | | |
| Contas a receber | (56.662) | (44.232) |
| Estoques | (948) | 1.633 |
| Impostos a Recuperar | (9.609) | - |
| Ativo financeiro | (45.457) | (8.680) |
| Depósitos judiciais | 910 | - |
| Garantias e Provisões para riscos | (5.126) | - |
| Outros ativos | 2.495 | 3.296 |
| Aumento (redução) nos passivos operacionais: | | |
| Fornecedores | 12.435 | 7.417 |
| Salários, obrigações sociais e previdenciárias | 5.962 | 5.649 |
| Obrigações tributárias e parcelamento de impostos | 17.466 | 9.593 |
| Outros passivos | 5.368 | (4.083) |
| Dividendos recebidos | 9.868 | - |
| Opções de ações pagas | (11.932) | - |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | (8.391) | (1.639) |
| Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais | 78.974 | 98.556 |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| | | |
|---|-----------|-----------|
| (Aumento) redução de aplicação financeira | (27.338) | (961) |
| Aquisição de controladas, líquido do caixa recebido | (2.091) | - |
| Adiantamentos a Partes relacionadas | (9.089) | - |
| Recompra de ações de acionistas | - | - |
| Aquisição de investimentos | (6.500) | - |
| Aquisição de ativo imobilizado e intangível | (105.617) | (102.784) |
| Caixa líquido aplicado nas (gerados pelas) atividades de investimento | (150.635) | (103.745) |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | |
| Aumento de capital | 280.451 | 24.496 |
| Gasto com emissão de ações | (22.525) | - |
| Ações em tesouraria | 1.128 | (7.559) |
| Transações com acionistas | (1.567) | - |
| Recompra de ações | - | (27.000) |
| Valores recebidos de empréstimos, líquidos | 156.023 | 133.597 |
| Amortização de empréstimos e financiamentos, debêntires e derivativos | (159.062) | (93.659) |
| Juros pagos | (45.374) | (50.002) |
| Amortização de contas a pagar por aquisição de empresas | - | (3.003) |
| Partes Relacionadas | - | - |
| Aportes líquidos de acionistas não controladores | - | 8.050 |
| Caixa líquido gerado pelas (gerados nas) atividades de financiamento | 209.074 | (15.100) |
| AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | 137.413 | (20.289) |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | | |
| No início do período | 21.920 | 42.209 |
| No fim do período | 159.333 | 21.920 |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| | | |
|---|---------|----------|
| AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | 137.413 | (20.289) |
|---|---------|----------|

Atividades operacionais

O caixa líquido aplicado nas atividades operacionais foi de R\$ 79 milhões no exercício de 2016 comparado ao caixa líquido gerado de R\$ 98,5 milhões no período anterior. Este decréscimo deveu-se, principalmente, a despesas com assessores, auditores e advogados relacionadas a aquisição da clínica Delfin em 11 de março de 2016, no valor de R\$ 7,1 milhões e ao aumento significativo do ativo financeiro (Capex da RBD – a PPP na Bahia), conforme esperado pelo contrato da licitação.

Atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R\$ 150,6 milhões em 2016 comparado a um caixa líquido aplicado de R\$ 103,7 milhões no período de 2015, refletindo principalmente os recursos captados no IPO e a variação decorrente na linha de aplicações financeiras.

Atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento foi de R\$ 209,1 milhões em 2016 comparado a uma geração negativa de R\$ 15,1 milhões no período de 2015, representando uma entrada de R\$280,4 milhões, que reflete principalmente os recursos captados no IPO.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações do emissor

Somos a segunda maior rede de diagnósticos por imagem do Brasil em número de equipamentos de ressonância magnética, de acordo com dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), e estamos entre os maiores prestadores de serviços de medicina diagnóstica do Brasil em termos de receita líquida, ao compararmos nossas informações financeiras aos dados divulgados por nossos principais concorrentes. Nosso parque inclui 121 máquinas de Ressonância Magnética de primeira linha em cerca de 40 cidades do Brasil, onde estamos presente através de aproximadamente 15 marcas regionais.

Em 2018 a Alliar realizou mais de 3,0 milhões de atendimentos, crescendo tanto em imagem como em análises clínicas. Referente aos serviços de análises clínicas, a companhia realiza, em média, 10 milhões exames por ano em um mercado estimado pela ANS de 658 milhões exames, representando um *market share* de cerca de 1,5%. Em dezembro de 2018, 50 unidades da companhia ofereciam esse tipo de exame de um total de 111 unidades, representando uma oportunidade estratégica de expansão desse serviço nas demais unidades, como na cidade de Salvador, marca Delfin, onde a Companhia ainda não tem os serviços de análises clínicas.

No geral, nossas linhas de negócio foram responsáveis por uma receita líquida R\$ 1.076,9 milhões em 2018, de R\$ 1.077,9 milhões em 2017 e de R\$ 951,5 milhões em 2016.

No geral, as atividades operacionais da Companhia são afetadas por diversos fatores macroeconômicos e operacionais, dentre os quais:

- a saúde financeira das operadoras de planos de saúde, hospitais e empresas que são as fontes pagadoras responsáveis pela maior parcela da receita de prestação de serviços da Companhia. Neste contexto, a situação de cada fonte pagadora pode influenciar a receita de prestação de serviços e o prazo de recebimento pela prestação de serviços. Em compensação a esse fato a Companhia possui uma base de unidades e seus clientes dispersa pelo país, o que minimiza de forma relevante o risco de não recebimento;
- a situação do nosso parque de equipamentos e sistemas de tecnologia da informação. A Receita de prestação de serviços do grupo depende da disponibilidade de aparelhos de diagnósticos em condições normais de operação para realização de exames;
- a disponibilidade dos nossos fornecedores, incluindo os médicos parceiros que realizam os laudos dos exames e o parceiro processador de Análises Clínicas. O faturamento dos exames realizados depende da

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

entrega em tempo adequado de laudos com qualidade mínima dos parceiros conforme orientação da Companhia; e

- a reputação das marcas regionais. A procura por exames depende da reputação das marcas regionais da Companhia com os médicos solicitantes e com o público demandante em geral.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A Diretoria da Companhia entende que a situação financeira geral da Companhia, incluindo sua geração de receitas e seus resultados operacionais, estão sujeitos a incertezas relacionadas às condições macroeconômicas e políticas brasileiras, e também às condições de mercado de diagnóstico por imagem nas cidades em que estamos presentes, como por exemplo:

- Instabilidade social e política;
- Expansão ou contração da economia global ou brasileira;
- Flutuações cambiais relevantes;
- Alterações no regime fiscal e tributário;
- Liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- Taxas de juros;
- Inflação;
- Política monetária;
- Política fiscal;
- Racionamento de água e/ou energia; e
- Outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

As alterações nestas variáveis podem afetar os resultados da Companhia positiva ou negativamente, principalmente se as mudanças forem significativas e não estejam de acordo com as expectativas da Companhia.

O preço dos serviços da companhia é negociado periodicamente com as diversas fontes pagadoras, utilizando como base de negociação os índices de inflação oficiais do país.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Nos últimos 12 meses findos em 31 de dezembro de 2018, os índices de preços mostraram novamente um pequeno crescimento de preços (baixa inflação), similar ao que já ocorreu em 2017 e 2016, mas que não era o padrão dos anos anteriores. Os custos e despesas da Companhia são impactados principalmente pela inflação nas cidades onde a Companhia está presente. Em um cenário de aumento de inflação generalizado no Brasil, é possível que a companhia não consiga ajustar os preços dos serviços de forma a compensar completamente os efeitos da inflação sobre os custos e despesas.

A taxa de câmbio não afeta diretamente a receita da companhia, mas afeta uma pequena parcela do endividamento líquido ainda indexada ao dólar, o preço de alguns insumos para realização de exames também atrelados ao dólar e a capacidade de investimento em novas máquinas, peças e equipamentos, uma vez que partes desses equipamentos e peças são importados ou possuem preços atrelados ao dólar.

As desvalorizações do Real com relação ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo, bem como afetar adversamente as operações da companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

a. Introdução ou alienação de segmento operacional.

Desde a sua constituição, a Companhia atua apenas em um segmento operacional: medicina diagnóstica.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Operações societárias ocorridas em 2016:

No dia 10 de março de 2016 foi assinado o Acordo de Associação entre o Grupo Delfin (Delfpar S.A., Delfin Imagem S.A. e Clínica Delfin Gonzalez Miranda S.A.) e a Companhia. O acordo prevê a aquisição de 8 unidades de atendimento de medicina diagnóstico por imagem, localizadas no Estado da Bahia e do Rio Grande do Norte.

A operação prevê a aquisição da holding do Grupo Delfin pela Companhia, empresa Delfpar S.A., e a entrada dos acionistas desta empresa no quadro societário da Alliar através de emissão de ações, passando a Companhia a ser detentora da totalidade das ações de emissão.

Operações societárias ocorridas em 2017:

Em março 2017 foi assinado o acordo com Multiscan, onde a transação foi primariamente definida para pagamento em dinheiro (em até 5 anos), mas uma parte menor foi paga em ações da Companhia, onde os sócios-fundadores de Multiscan passaram a ser acionistas minoritários de Alliar

Ativos adquiridos e passivos assumidos

| (Em milhares de R\$) | Valor justo |
|----------------------|-------------|
|----------------------|-------------|

Ativos

| | |
|-------------------------------|---------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 1.221 |
| Contas a receber | 4.056 |
| Outros circulantes | 235 |
| Outras não circulantes | 208 |
| Imobilizado | 23.186 |
| Intangível | 1.493 |
| Total | 30.399 |

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**Passivos**

| | |
|------------------------------|---------------|
| Fornecedores | 2.487 |
| Empréstimos e financiamentos | 11.843 |
| Obrigações trabalhistas | 1.074 |
| Provisões para riscos legais | 1.681 |
| Outras obrigações | 397 |
| Total | 17.482 |

Ativos líquidos adquiridos **12.917**

Operações societárias ocorridas em 2018:

Não houve operação societária relevante.

c. Eventos ou operações não usuais.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou operações não usuais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016, de 2017 e de 2018 foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e, também, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRSs, em relação às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas. Para fins de IFRS, esta capitalização somente é permitida nas demonstrações financeiras consolidadas e não nas demonstrações financeiras separadas.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da orientação técnica OCPC 07 na preparação destas demonstrações financeiras. Assim, todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas demonstrações financeiras.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve efeitos significativos das alterações em práticas contábeis adotadas pela Companhia (CPC 47/IFRS 15 e CPC 48/IFRS9).

a. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não foram emitidas ressalvas nem ênfases nos relatórios acima referidos.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- (i) Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros: a Companhia julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado, ativo intangível, ágio e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos.
- (ii) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado e intangível de vida útil definida: a Companhia revisa anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado e intangível com vida útil indefinida, sendo que as taxas de depreciação e amortização atualmente utilizadas são julgadas adequadas para refletir as vidas úteis dos mesmos.
- (iii) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: referidas provisões são constituídas com base no julgamento da Administração e em valores suficientes para cobrir perdas futuras estimadas no recebimento de clientes.
- (iv) Provisões para riscos legais: a avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.
- (v) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são reconhecidos até o limite dos lucros tributáveis futuros, cuja estimativa realizada pela Administração leva em consideração o histórico de lucros tributáveis, aumento no volume de análise de exames, premissas de mercado tais como taxa de juros, câmbio, crescimento econômico, entre outras.
- (vi) Avaliação dos instrumentos financeiros: a nota explicativa nº 24 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.
- (vii) Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

A Companhia entende que não exista itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras apresentadas.

a. Ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

Não aplicável, tendo em vista que todos os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, aparecem no seu balanço patrimonial.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, tendo em vista que não há itens que não tenham sido evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens que alteram ou poderão alterar as receitas, despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia que não tenham sido evidenciados nas demonstrações financeiras.

b. Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens que alteram ou poderão alterar as receitas, despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia que não tenham sido evidenciados nas demonstrações financeiras.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens que alteram ou poderão alterar as receitas, despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia que não tenham sido evidenciados nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a. Investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia, desde 2011, vem investindo significativamente em crescimento orgânico e por meio de aquisições. A movimentação do ativo imobilizado abaixo demonstra a transformação da Companhia e o volume desses investimentos nos últimos anos:

| | Saldo em 31/12/2017 | Adições | Baixas | Transferências | Depreciação | Saldo em 31/12/2018 |
|--------------------------------------|------------------------|---------------|-----------------|----------------|-----------------|------------------------|
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 158.825 | 12.739 | (691) | (2.112) | (8.194) | 160.567 |
| Máquinas e equipamentos | 328.824 | 62.355 | (9.745) | 1.363 | (57.638) | 325.159 |
| Móveis e utensílios | 11.685 | 1.011 | (28) | 2.487 | (2.350) | 12.805 |
| Equipamentos de informática | 19.573 | 1.723 | (43) | (1.653) | (5.964) | 13.636 |
| Instalações | 4.411 | 8 | - | 32 | (676) | 3.775 |
| Veículos | 220 | 70 | - | (117) | (34) | 139 |
| Adiantamento a fornecedores | 8.985 | - | (46) | - | - | 8.939 |
| Total | 532.523 | 77.906 | (10.553) | - | (74.856) | 525.020 |

| | Saldo em 31/12/2016 | Adição por combinação de negócio | Adições | Baixas | Transferências | Depreciações | Saldo em 31/12/2017 |
|--|------------------------|--|----------------|-----------------|----------------|-----------------|------------------------|
| Benfeitorias em imóveis de terceiros (a) | 104.764 | 3.251 | 48.623 | - | 8.191 | (6.004) | 158.825 |
| Máquinas e equipamentos | 320.788 | 19.729 | 71.141 | (2.592) | (20.352) | (59.890) | 328.824 |
| Móveis e utensílios | 11.709 | 314 | 2.395 | (435) | 1.219 | (3.517) | 11.685 |
| Equipamentos de informática | 7.683 | - | 4.713 | (110) | 11.484 | (4.197) | 19.573 |
| Instalações | 4.339 | - | 489 | - | 360 | (777) | 4.411 |
| Veículos | 229 | - | - | - | 35 | (44) | 220 |
| Adiantamento a Fornecedores | 14.184 | - | 2.250 | (7.449) | - | - | 8.985 |
| Outros | 510 | - | - | - | (510) | - | - |
| Total | 464.206 | 23.294 | 129.611 | (10.586) | 427 | (74.429) | 532.523 |

(a) Referem-se substancialmente a investimentos realizados em novas unidades inauguradas no estado de São Paulo e Minas Gerais.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

| (Em milhares de R\$) | Saldo em 31/12/2015 | Adições | Baixas | Depreciação | Adição por combinação de negócio | Saldo em 31/12/2016 |
|--------------------------------------|------------------------|---------|----------|-------------|--|------------------------|
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 87.234 | 28.302 | (2.617) | (3.614) | - | 104.764 |
| Máquinas e equipamentos | 278.662 | 55.674 | (28.890) | (41.819) | 52.819 | 320.788 |
| Móveis e utensílios | 15.494 | 1.895 | (1.091) | (2.198) | - | 11.709 |
| Equipamento de informática | 12.899 | 6.769 | (2.554) | (4.200) | - | 7.683 |
| Instalações | 4.476 | 739 | (47) | (502) | - | 4.339 |
| Adiantamento a fornecedores | 11.916 | 2.268 | 0 | - | - | 14.184 |
| Outros | 530 | 344 | (46) | (84) | - | 739 |
| Total | 411.211 | 95.991 | (34.154) | (52.417) | 52.819 | 464.206 |

O plano de investimento da Companhia para os próximos anos é continuar investindo e crescendo, seja organicamente ou por meio de aquisições, conforme vem sendo realizado desde 2011.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos da companhia serão financiados por meio da geração de caixa da própria Companhia, com empréstimos, financiamentos e eventualmente emissão de valores mobiliários.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia não está realizando nenhum desinvestimento relevante.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

A aquisição do Delfin em 2016 já comentada nesse Formulário impacta positivamente a capacidade da Companhia de crescimento na região nordeste do Brasil principalmente no estado da Bahia.

A aquisição de Multiscan já comentada nesse Formulário, está impactando positivamente a capacidade da Companhia de crescimento no Estado do Espírito Santo.

A conclusão dos investimentos na RBD, já comentada nesse Formulário, está impactando positivamente a capacidade da Companhia de crescimento por meio da parceria com o setor público no Estado da Bahia.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

c. novos produtos e serviços

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, uma vez que atualmente não há pesquisas realizadas pela Companhia que já tenham sido divulgadas.

(ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou, nos 3 (três) últimos exercícios sociais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, uma vez que atualmente não há projetos realizadas pela Companhia que já tenham sido divulgadas.

(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Descrição das Transações e base para a elaboração das Informações Financeiras Consolidadas Pro Forma

a) Descrição das transações

As demonstrações do resultado consolidado “pro-forma” não auditadas levantadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 do Centro de Imagem Diagnósticos S.A. e Controladas (“CID” ou “Companhia”) e para o exercício findo em 2016 refletem a transação detalhada a seguir:

Em 10 de março de 2016, ocorreu a incorporação da Delfpar S.A. (“Delfpar” ou “Grupo Delfin”), pela Companhia, com a consequente extinção da Delfpar e a versão do seu acervo líquido para a Companhia. A Delfpar era controladora de 99,99% das ações da controlada Delfin Imagem S.A. (“DISA”), que em razão da incorporação tornou-se controlada da Companhia juntamente de suas controladas.

A aquisição descrita acima resultou em uma combinação de negócios de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e a IFRS 3 - “Business Combination”, uma vez que a Companhia passou a deter o controle das entidades do Grupo Delfin. Como resultado, e seguindo os preceitos do Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) e da IFRS 3, os ativos e passivos líquidos (acervo líquido) das entidades do Grupo Delfin foram avaliados ao seu valor justo (“fair value”) e alocados conforme laudo de avaliação preparado por especialistas.

Para fins de incorporação, foi utilizado laudo preparado por avaliadores independentes, a valores contábeis, na data-base de 31 de janeiro de 2016. O valor do acervo líquido contábil foi de R\$ 23.805, utilizado para o aumento de capital da Companhia.

O valor total da aquisição foi determinado com base no valor econômico da Delfpar na data da aquisição, por ser o dado verificável disponível e representativo do valor do negócio.

Os ativos e passivos adquiridos reconhecidos na data de aquisição podem ser assim demonstrados:

| (Em milhares de R\$) | 10/03/2016 |
|-------------------------------|------------|
| <i>Ativos</i> | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 902 |
| Aplicações financeiras | 9.435 |
| Contas a receber | 28.127 |
| Estoques | 680 |
| Impostos a recuperar | 3.547 |

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

| | |
|-------------------------|---------|
| Partes relacionadas | 2.625 |
| Outras contas a receber | 7.558 |
| Depósitos judiciais | 7.811 |
| Impostos diferidos | 4.427 |
| Investimentos | 1.875 |
| Imobilizado | 52.524 |
| Intangível (i) | 21.346 |
| | 140.857 |

Passivos

| | |
|--|---------|
| Fornecedores | 5.722 |
| Empréstimos e financiamentos | 28.941 |
| Debêntures | 36.103 |
| Salários e encargos | 6.010 |
| Obrigações tributárias | 8.878 |
| Imposto diferido | 11.546 |
| Parcelamentos | 1.464 |
| Partes relacionadas | 474 |
| Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis | 24.608 |
| Outras obrigações | 3.934 |
| | 127.680 |
| | _____ |

| | |
|----------------------------|--------|
| Ativos líquidos adquiridos | 13.144 |
| | _____ |

i)Composto por: (a) direito de utilização da marca DELFIN, por prazo indeterminado, sendo considerado como tendo vida útil indefinida; e (b) valor do contrato com o Hospital São Rafael para prestação de serviços médicos relacionados à medicina diagnóstica, por prazo indeterminado, sendo, portanto, considerado como tendo vida útil indefinida.

Na referida combinação de negócios foi apurado ágio, conforme segue:

| | |
|-----------|-----------------|
| Descrição | (Em milhares |
|-----------|-----------------|

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

| | de R\$) |
|--|----------|
| Contrapartida transferida em caixa e ações | 168.786 |
| Contrapartida a transferir (ii) | 9.412 |
| Assunção de dívida | 6.105 |
| Total das contraprestações | 184.303 |
| Mais: Participação de não controladores na adquirida | 11.564 |
| Menos: Valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos | (13.144) |
| Saldo de ágio reconhecido no intangível | 182.690 |

ii) As contraprestações a transferir referem-se à valores a pagar a prazo.

O ágio por expectativa de rentabilidade futura ("goodwill") foi mensurado e reconhecido, na data da aquisição, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e a IFRS 3 - "Business Combination". A mensuração da participação de acionistas não controladores também foi efetuada pelo seu valor justo na data de aquisição, de acordo com esse mesmo pronunciamento técnico.

A Companhia contratou especialistas de mercado para poderem proceder com a avaliação e mensuração dos ativos e passivos assumidos a valores justos, de acordo com o CPC 15 (R1) – Combinação de negócios. A administração da Companhia até a data destas informações intermediárias ainda não havia concluído a revisão da mensuração efetuada pelos especialistas contratados. Segundo o CPC 15, o período de mensuração é o que se segue à data da aquisição, durante o qual o adquirente pode ajustar os valores reconhecidos por uma combinação de negócios. Desta forma, a Companhia procedeu com o registro dos valores provisórios dos saldos apurados na combinação de negócios, que de acordo com as alocações iniciais identificadas pelos especialistas, foram divididos entre: ágio (*goodwill*), marcas e contratos.

O imposto de renda e contribuição social diferidos passivos foram constituídos sobre a diferença entre o valor justo dos ativos identificáveis e adquiridos e os respectivos valores contábeis desses ativos, uma vez que as bases fiscais destes não foram afetadas pela combinação de negócios e, consequentemente, geraram diferenças temporárias. Esses impostos diferidos foram constituídos utilizando-se a alíquota de 34% sobre a mais valia dos ativos, independentemente do regime de tributação utilizado pelas entidades controladas. O valor do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos será realizado

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

contabilmente à medida que os ativos imobilizados sejam depreciados, ou no caso de o investimento ser vendido pela controladora.

a) Base para elaboração das informações financeiras consolidadas "pro forma"

As informações financeiras consolidadas "pro forma" da Companhia relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 são derivadas das seguintes demonstrações financeiras históricas:

- Demonstrações financeiras consolidadas históricas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, as quais foram auditadas e cujo relatório de auditoria datado de 4 de outubro de 2016 inclui ênfase sobre o fato de que em 23 de março de 2016, 13 de março de 2015 e 25 de fevereiro de 2014, respectivamente, foram emitidos relatórios de auditoria sem ressalva sobre as demonstrações financeiras do Centro de Imagem Diagnósticos S.A. referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, de 2015 e de 2014. Conforme descrito na nota explicativa nº 3, essas demonstrações financeiras foram originalmente reapresentadas em 29 de agosto de 2016 e foram novamente reapresentadas para refletir reclassificações, ajustes e divulgações adicionais, as quais estão detalhadas na referida nota explicativa. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.
- Demonstrações financeiras consolidadas históricas da Delfin Imagem S.A. e Controladas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, auditadas, cujo relatório de auditoria datado de 28 de agosto de 2016 inclui ênfases sobre os seguintes fatos: (i) conforme divulgado nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras, a controlada indireta Delfin Médicos Associados Ltda. e a Delfin Bahia Diagnóstico por Imagem Ltda. possuem como únicos clientes o Hospital São Rafael e o Hospital da Bahia, respectivamente. Consequentemente, qualquer interpretação ou análise sobre essas demonstrações financeiras devem levar em consideração essas circunstâncias; e (ii) Em 29 de março de 2016, foi emitido relatório de auditoria, com ênfase quanto ao mesmo assunto anteriormente mencionado e ressalva quanto à limitação de escopo pela não obtenção de evidência de auditoria para validação do saldo das contas a receber da controlada Delfin Médicos Associados Ltda., sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Delfin Imagem S.A. e Controladas. Conforme descrito na nota explicativa nº 3.11, essas demonstrações financeiras foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir a correção de erro de conciliação e ajuste das contas a receber descritos na referida nota explicativa. Consequentemente, a ressalva relacionada com o referido assunto contida na opinião anteriormente emitida não é mais necessária e, portanto, a nova opinião constante deste relatório não contém ressalva.
- Informações contábeis intermediárias consolidadas históricas da Companhia relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2016, as quais foram auditadas e cujo relatório de auditoria datado de 4 de outubro

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

de 2016 inclui ênfase sobre o fato de que em 29 de agosto de 2016 foi emitido relatório de auditoria sem ressalva sobre as demonstrações financeiras do Centro de Imagem Diagnósticos S.A. referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2016. Conforme descrito na nota explicativa nº 2.3, essas demonstrações financeiras foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir reclassificações, ajustes e divulgações adicionais, as quais estão detalhadas na referida nota explicativa. A opinião não está ressalvada em função deste assunto.

- Informações financeiras intermediárias de propósito especial históricas da Delfin Imagem S.A. e Controladas, relativas ao período findo em 10 de março de 2016; preparadas de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, somente com o objetivo de permitir que a Companhia elaborasse sua demonstração do resultado consolidado “pro-forma”; as quais foram revisadas por nós e cujo relatório de revisão datado de 28 de agosto de 2016 possui ressalva sobre o fato de que em função do propósito em que foram preparadas, não foi apresentado o balanço patrimonial, as informações comparativas, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos resultados abrangentes, a demonstração dos fluxos de caixa para o período de 1 de janeiro a 10 de março de 2016 e as respectivas notas explicativas, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária. O relatório inclui ainda ênfase sobre o fato de que duas controladas da Companhia possuem elevado grau de concentração de suas operações vinculadas a dois hospitais. Consequentemente, qualquer interpretação ou análise sobre essas informações financeiras intermediárias de propósito especial, devem levar em consideração essas circunstâncias.

As informações financeiras consolidadas “*pro forma*” não auditadas da Companhia compreendem a demonstração do resultado consolidado “*pro forma*” referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaborada e apresentada exclusivamente para fins informativos no pressuposto da aquisição do controle das entidades do Grupo Delfin, como se ambas as transações tivessem ocorrido em 1º de janeiro de 2015. Estas informações financeiras consolidadas “*pro forma*” não devem ser utilizadas como indicativo de futuras demonstrações financeiras consolidadas ou interpretadas como demonstrações do resultado e/ou posição patrimonial e financeira efetiva da Companhia.

As informações financeiras consolidadas “*pro forma*” não auditadas da Companhia compreendem também a demonstração do resultado consolidado “*pro forma*” referente ao semestre findo em 30 de junho de 2016, elaborada e apresentada exclusivamente para fins informativos no pressuposto da aquisição do controle das entidades do Grupo Delfin, como se ambas as transações tivessem ocorrido em 1º de janeiro de 2016. Essas informações financeiras consolidadas “*pro forma*” não devem ser utilizadas como indicativo de futuras demonstrações financeiras consolidadas ou interpretadas como demonstrações do resultado e/ou posição patrimonial e financeira efetiva da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

As demonstrações do resultado consolidado “*pro forma*” devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras históricas mencionadas anteriormente.

As informações financeiras consolidadas “*pro forma*” foram preparadas conforme a Orientação Técnica OCPC 06 - Apresentação de Informações Financeiras “Pro Forma” emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários, com objetivo exclusivo de inclusão no prospecto para Registro de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia.

Em 4 de outubro de 2016, o Conselho de Administração da Companhia aprovou e autorizou a publicação das informações financeiras consolidadas “*pro forma*” não auditadas.

1. **AJUSTES “PRO FORMA”**

As informações financeiras consolidadas “*pro forma*” foram elaboradas e estão sendo apresentadas a partir das demonstrações financeiras históricas de cada entidade e os ajustes “*pro forma*” foram determinados com base em premissas e estimativas, as quais acreditamos serem razoáveis e incluem os seguintes ajustes:

a) Na combinação de negócios realizada conforme o pronunciamento técnico CPC 15 (R1) e a IFRS 3 - “Business Combination”, os ativos imobilizados foram reconhecidos a valor justo na data da aquisição de R\$ 52.524. Esses ativos serão depreciados, em base linear, pelo período de sua vida útil remanescente. Esses ajustes “*pro forma*” refletem a despesa com depreciação de tais ativos imobilizados, caso eles tivessem sido reconhecidos em 1º de janeiro de 2015 e de 2016. Com base na vida útil remanescente de cada ativo identificado, a despesa de depreciação combinada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e para o período de 2 meses e 10 dias findo em 10 de março de 2016 é de R\$ 1.365 e R\$ 265, respectivamente.

b) Uma fração do preço de compra, no valor de R\$ 9.412, não foi quitada na data da aquisição e deverá ser paga integralmente no 6º aniversário da data de fechamento, que será no dia 9 de março de 2022. Esse valor deverá ser corrigido monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA até a data do efetivo pagamento. Esses ajustes “*pro forma*” refletem a despesa financeira diretamente relacionada com esse passivo, caso ele tivesse sido reconhecido em 1º de janeiro de 2015 e de 2016. A variação do IPCA para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e para o período de 2 meses e 10 dias findo em 10 de março de 2016 corresponde a 10,67% e 2,18%, respectivamente, o que representa uma despesa financeira de R\$ 1.004 e R\$ 227, respectivamente.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

c) Ajustes “*pro forma*” relativos à realização de imposto de renda e contribuição social sobre mais-valia dos ativos imobilizados, obtida na combinação de negócios descrita no item a). Esses ajustes “*pro forma*” refletem a realização do imposto de renda e da contribuição social sobre a amortização de tais ativos imobilizados, caso eles tivessem sido reconhecidos em 1º de janeiro de 2015 e de 2016. Com base na vida útil remanescente de cada ativo identificado, a realização do imposto de renda e da contribuição social para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e para o período de 2 meses e 10 dias findo em 10 de março de 2016 é de R\$464 e R\$90, respectivamente.

Demonstração de Resultado DRE “*pro forma*” de 31 de dezembro de 2016

| | Consolidado Pro forma | | | |
|---|-------------------------|-------------------|-------------------------|-------------------|
| | 31/12/2016 Trimestre | 31/12/2016 Ano | 31/12/2015 Trimestre | 31/12/2015 Ano |
| RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS | 258.976 | 972.765 | 210.558 | 818.712 |
| Custo dos serviços prestados | (170.079) | (604.417) | (123.033) | (487.938) |
| LUCRO BRUTO | <u>88.897</u> | <u>368.348</u> | <u>87.525</u> | <u>330.774</u> |
| (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS | | | | |
| Despesas gerais e administrativas | (77.397) | (266.503) | (70.375) | (228.769) |
| Outras (despesas) receitas, líquidas | 8.184 | (15.023) | 13.092 | 14.453 |
| Resultado em participação societária | 2.848 | 11.561 | 2.257 | 8.713 |
| LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO | <u>22.532</u> | <u>98.383</u> | <u>32.499</u> | <u>125.171</u> |
| RESULTADO FINANCEIRO | (17.779) | (67.376) | (9.817) | (108.209) |
| Despesas financeiras | (46.311) | (195.635) | (11.060) | (147.754) |
| Receitas financeiras | 28.532 | 128.259 | 1.244 | 39.545 |
| LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | <u>4.753</u> | <u>31.007</u> | <u>22.683</u> | <u>16.962</u> |
| IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO | 15.181 | (5.740) | (3.023) | (22.268) |
| LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO | <u>19.934</u> | <u>25.267</u> | <u>19.660</u> | <u>(5.306)</u> |